



[Handwritten signatures]

MUNICÍPIO DE LAGOA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 8/2022-----

-----1ª Sessão Ordinária de 2022-----

-----1ª Reunião -----

-----29 de junho de 2022-----

----- Ao vigésimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária.-----

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
Vitor Manuel Grade Martins Sobral	Partido Socialista
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
Rute Alexandra Barroso Sobreira	Movimento Lagoa Primeiro
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Maria Licínia Mendes Lourenço	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
Telma Isabel Alberto Viana	Partido Social Democrata

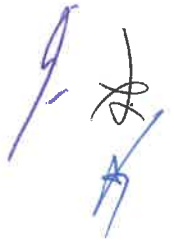


Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista
João André Nascimento Cabrita	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estombar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Francisco José Malveiro Martins	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Ruben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou boa noite e as boas vindas à sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Lagoa de 29 de junho. Saudou o senhor Presidente da Câmara e a senhora Vice-Presidente, as senhoras e os senhores Vereadores, as senhoras e os senhores Deputados Municipais, as senhoras e os senhores jornalistas, cidadãos presentes na sessão, cidadãos que assistem à transmissão da sessão através do YouTube e do Facebook do município, bem como da Lagoa TV, também os técnicos e demais colaboradores do município, que lhes dão assistência naquela sessão Ordinária Municipal de Lagoa e que assegurou as necessárias condições de funcionamento bem



como transmissão em direto da sessão, e a quem saudou especialmente e agradeceu. Fez as advertências gerais como habitualmente para se desligar os telemóveis ou que os colocassem em silêncio, por forma a não interferir no normal funcionamento da sessão, nem na sua transmissão em direto. A sessão seria gravada em suporte vídeo e áudio e publicada no site da Assembleia Municipal de Lagoa e no YouTube no município de Lagoa. Os cidadãos participantes na sessão deveriam, no início da sua alocação, autorizar a Assembleia Municipal de Lagoa a gravar a sua intervenção em suporte de áudio e vídeo, bem como a utilizar o respetivo registo de som e/ou imagem para efeitos de transmissão em streaming e a ulterior divulgação em plataformas eletrónicas de quaisquer outros pontos de comunicação, de acordo com as regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Não era permitido o registo de som e/ou imagem sem autorização prévia da Mesa da Assembleia Municipal, exceto para os órgãos de Comunicação Social. Os microfones em uso na sessão seriam facultados pelos assistentes de sala, devendo ser desinfetados após cada utilização, uma vez que ainda não estava afastada a Covid 19. Feitas as advertências e considerações, declarou-se aberta a sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2022.-----

I – Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu conta de terem quatro cidadãos inscritos para usar da palavra no Período de Intervenção dos Cidadãos. Cada um dos cidadãos tem direito a cinco minutos de intervenção, ou seja, no total, a intervenção dos cidadãos seria de 20 minutos, havendo também depois a possibilidade de o senhor Presidente da Câmara responder às questões, para as quais estivesse habilitado a responder verbalmente ou por escrito, enviando, através do serviço da Assembleia a respetiva resposta para os cidadãos intervenientes naquela sessão. Relembrou-se que os cidadãos que viessem a intervir teriam de autorizar a transmissão dos seus dados das suas intervenções, de acordo com a referência feita anteriormente. Atendendo à ordem das inscrições para aquele Ponto da Ordem de Trabalhos, concedeu o uso da palavra ao cidadão Bruno Silva.-----

-----No uso da palavra concedida, o cidadão **Bruno Silva** proferiu a intervenção que se segue: «Olá, muito boa noite. Boa noite à Mesa. Autorizo que façam gravação. Muito boa noite, senhores deputados. O que me traz aqui são três pontos e o primeiro ponto que queria falar, iria falar novamente sobre o Centro de Saúde do Parchal. Já falei no dia 23 de fevereiro, em que a resposta foi que as competências iam passar no dia 1 de abril, até parece que é mentira, para as competências da Câmara. No dia 13 de abril, novamente nesta Assembleia, voltei a falar sobre o mesmo assunto e estava em andamento e agora faço a pergunta novamente ao senhor Presidente, gostava de saber em que ponto de situação se encontra o Centro de Saúde do Parchal, visto que agora que o Governo descobriu que o Serviço Nacional de Saúde está péssimo. É uma coisa que eu já venho falar faz agora um ano, que o Serviço Nacional de Saúde está péssimo, para a senhora Doutora Jamila Madeira, nossa deputada à Assembleia da República, disse que havia 915 funcionários ou médicos ou enfermeiros no Algarve novos. Não sei onde é que eles andam, no concelho de Lagoa certamente não andam. Esta é a minha pergunta: em que ponto de situação está o Centro de Saúde do Parchal? O segundo ponto iria falar do cartão



de visita que nós temos no nosso concelho de Lagoa, mais precisamente na minha freguesia. É lamentável que, hoje em dia, em pleno século XXI, na minha freguesia e à entrada da freguesia histórica de Ferragudo, que tenha uma sucata a céu aberto e se calhar uma pergunta e se calhar quem devia fazer era o senhor Presidente, mas gostava que o senhor Presidente fizesse esta pergunta Ministério do Ambiente e ao Ministério da Administração Interna, sobre o que é que acham de ter uma sucata a céu aberto. Hoje em dia, para ter uma sucata é preciso várias normas e acho que as sucatas que nós temos, e os sucateiros que cumprem com isso, mas não sei se aquela cumpre. Agora estamos ali recolher ali os veículos, os barcos, todo o tipo de transportes que a brigada apreende e coloca lá a céu aberto, aquilo é uma sucata a céu aberto e gostava que fizesse esta pergunta ao Ministério do Ambiente e ao Ministério da Administração Interna. A terceira pergunta, e se me permite é uma questão que eu gostava de fazer ao senhor Vereador Mário Guerreiro. Tivemos uma reunião, há pouco tempo, e eu fiquei um bocado confuso e eu gostava de saber quando se faz um pedido e a resposta ao pedido é indeferido. O indeferido pode-se trabalhar ou não se pode trabalhar? É que se pode trabalhar, quem tem ordem para trabalhar? Porque eu acabo de sair de uma reunião com o senhor Presidente e com o senhor Vereador e recebo logo um e-mail de uma ata que houve, em que de um pedido indeferido, tem um operador a trabalhar, significa que já faço pedidos há três anos, os pedidos vêm indeferidos. Quero ver que se calhar posso trabalhar e não sabia. Estas são minhas perguntas.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu as questões e esclareceu que o senhor Presidente da Câmara daria resposta no final do Período de Intervenção dos Cidadãos. Em seguida, tinham as questões colocadas pela senhora Sara Sequeira Vila que, por razões de doença, não pôde estar presente na sessão, mas que não deveria perder os seus direitos de poder participar, pelo que passou a ler o seu e-mail para conhecimento público: «Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por motivo de doença não me posso deslocar em pessoa ao Auditório de Lagoa para assistir à Assembleia Municipal que acontecerá no dia de hoje, pelo que envio abaixo cinco questões que gostaria de ver respondidas pelo senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimo senhor Luís Encarnação. Primeira: no dia 1 de junho, o município de Lagoa assinou a declaração de compromisso para adaptação e mitigação das alterações climáticas. Neste sentido, gostaria de saber se a construção dos novos fogos habitacionais a custos controlados em Porches irão ser construídos de acordo com a eficiência energética que traz benefícios comprovados ao ambiente. Segunda: tendo já chegado o verão e considerando o aumento populacional no Algarve, gostaria de saber se o município de Lagoa irá reforçar as equipas de recolha de resíduos, assim como a capacidade de recolha dos mesmos com a introdução de novos contentores de recolha. O município irá fazer alguma campanha no sentido de sensibilizar a população para a deposição e separação de resíduos tal como fez com a sensibilização para a poupança de água? Terceira: de acordo com o estudo da agência ambientalista Zero, a recolha de resíduos porta a porta seria mais eficiente. O município estaria disposto a realizar um projeto piloto neste sentido? Quarta: acerca das instituições de saúde, sabemos que existe falta de recursos humanos. Estará o município disposto a contornar esta situação reforçando os nossos Centros de Saúde com pessoal especializado, não apenas nesta altura do ano, mas sim todo o ano? Quinto: tendo em conta a enorme afluência das nossas praias no verão, pensa o município



colocar equipas de enfermagem devidamente equipadas junto às praias para apoio aos veraneantes? Desde já agradeço a vossa atenção.» Lidas as cinco questões formuladas pela senhora Sara Vila, deu o uso da palavra ao terceiro cidadão interveniente, o senhor Jerónimo Mendes.-----

-----Usou da palavra o cidadão **Jerónimo Mendes** realizando a intervenção que de seguida se transcreve: «Autorizo a transmissão da intervenção. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Deputados e público em geral. O novo Ministro da Cultura, nomeado pelo Partido Socialista, quando era Comissário Executivo das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, tinha defendido que o 25 de novembro de 75, apesar de marcante, era uma data que dividia. De igual modo podemos dizer que o nome deste Auditório, Carlos do Carmo, apesar de marcante, também divide. Lagoa que, segundo tenho lido, agradeço à Biblioteca Municipal os livros que lá estão, era a vila com mais população do Algarve, era a joia da coroa de Silves até 16/01/1773 e era quem sustentava economicamente essa cidade. Então não encontrou entre os lagoenses um ilustre que fosse digno de dar o nome a este auditório? A sério que não encontraram nem com uma lupa? Foi preciso ir a Lisboa para se encontrar um nome adequado, tinha que ser fadista, é isso? O que fez Carlos do Carmo por Lagoa? Nada, absolutamente nada, mas existe na Biblioteca Municipal vários livros e, especialmente dois volumes do Doutor Roussel Monteiro do Santos que nos dá o currículo de três dúzias de bons ilustres lagoenses que tudo fizeram para o engrandecimento de Lagoa. Nenhum servia? Fica a pergunta.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e, em seguida e para fecho do Ponto de Intervenção dos Cidadãos, concedeu a palavra ao senhor Eugénio Pina.-----

-----Tomou a palavra o cidadão **Eugénio Pina** intervindo tal como se transcreve: «Boa noite a todos, boa noite à Mesa de Presidência e autorizo que seja feita a gravação. Penso que acerca desse assunto não sei se terei que dizer mais alguma coisa, mas vou diretamente ao assunto. Eu sou o gerente do Centro Náutico da praia do Carvoeiro. Antes da Covid, nestes dois últimos anos não operámos porque entendemos que não operávamos devido à Covid, mas neste momento estamos a operar. Neste momento somos os titulares do título de utilização privativa da praia de Carvoeiro por mais três anos. Acontece, porém, que já estamos no meio, a bem dizer, quase no meio do verão, e verifica-se que em Carvoeiro, a praia de Carvoeiro, o Presidente, a Câmara de Carvoeiro ainda não teve qualquer intervenção na praia a nível de placas de informação, não teve escolha a nível de corredores e verifica-se dentro de água embarcações a operar com excesso de velocidades. Atendendo a essa situação eu gostaria que o senhor Presidente depois abordasse este assunto e me informasse sobre isso. Acontece, porém, outra situação. O Centro Náutico Carvoeiro, em tempos, teve autorização para ter lá um stand para promover a sua atividade. O que acontece neste momento é que existem lá dois stands que, além de fazerem venda dos passeios turísticos que dizem respeito às atividades desses sujeitos, neste momento encontram-se a vender e a prestar informações em relação aos caiaques e em relação aos paddles. Os clientes chegam à praia e eles dão informação e enviam os clientes para outras agências e outros pontos. Eu não sei qual o motivo por que está lá na praia como operador, não sei por que motivo é que me estão a desviar os serviços. É uma situação que gostaria que o



senhor Presidente também respondesse acerca deste ponto. Tenho outra situação que é uma embarcação marítimo-turística que é de golfinhos, que a dita embarcação tem licenciamento para embarcar em Ferragudo. A documentação, os pedidos já foram entregues, tenho as datas que posso fornecer e, até à data, ainda não recebi nenhum comunicado acerca da licença de embarque desta embarcação. Também gostaria de saber qual é o ponto de situação, uma vez que está quase a terminar o verão e a licença continua por passar. Em princípio é isto. Na qualidade de operador marítimo-turístico, eu também estou coletado na minha pessoa e já operei na praia de Benagil, onde aquilo é um caos e continua a ser um caos e os senhores da Câmara nada fazem para melhorar a situação. Também questiono e gostaria de trabalhar na praia de Vale Santeanes a fazer passeios marítimo-turísticos, onde nós detemos lá ainda uma arrecadação para podermos operar lá, desse modo poderíamos não ir para Benagil, como tem acontecido, ir operar lá, e poderíamos operar a partir da praia de Vale de Santeanes. Não sei qual é a possibilidade de podermos operar lá. Senhores Presidentes, agradeço que deem uma informação acerca desse assunto. E pronto, por hoje, penso que estes pontos é o que me vai na ideia e fico a aguardar as respostas.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e, não havendo mais intervenções por parte dos cidadãos nem mais inscrições, concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para resposta às questões colocadas.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** começou por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, o senhor Primeiro e a senhora Segunda Secretária, os seus colegas Vereadores, as senhoras e os senhores Deputados, público ali presente, os senhores jornalistas e todos aqueles que os seguiam a partir de casa através da transmissão que estavam a fazer através da Lagoa TV. Começando por responder às perguntas que lhe foram formuladas, cumprimentou, desde logo o Bruno e a quem agradeceu a boa pergunta e a forma como iniciada a intervenção, porque veio-lhe à memória que, em março de 2020, no princípio da pandemia, estava numa reunião da AMAL e disse à senhora então Ministra da Modernização Administrativa, a Doutora Alexandra Leitão, que quando as competências da Educação e as da Saúde passassem para as Câmaras, que iria acontecer duas coisas. Deu o exemplo da Educação, mas também servia para a Saúde, e que era, que quando houvesse uma tampa de sanita que já podia estar há um ano com uma rachinha, dentro de qualquer agrupamento escolar do 2.º, 3.º Ciclo e Secundário, e que já há muito lá estava por reparar, e quando era competência do Ministério da Educação, como este está muito longe, mas quando essa competência passasse para a Câmara, ao fim de uma semana teriam logo um e-mail para a Câmara e depois a partir de uma semana estavam a perguntar se já estava reparada, e quando encontrassem o senhor Presidente no minimercado iam lhe perguntar se já estava reparado e a seguir iam para o Facebook a dizer que era uma vergonha que havia uma tampa de sanita que estava partida, enfim, e que era necessário reparar. Isso era o princípio da subsidiariedade que está presente na lógica da descentralização de competências e que, obviamente, é positivo porque quem está mais perto do problema, conhece-o o melhor e, por conseguinte, tem também uma maior facilidade para o poder resolver. Mas depois, também tem aquelas coisas, que é a competência, como o Bruno disse, e muito bem, na Saúde e naquela



questão da Saúde, tem a ver com a manutenção, entre outras coisas, dos equipamentos, o município tem as competências desde o dia 1 de abril e o Bruno, naquele dia, e muito bem, disse que já perguntou três vezes quando é que se resolve o problema da extensão de saúde do Parchal. Assegurou que estavam a trabalhar nisso e já tinha ali dito, mas ressaltou que a contratação pública não permite que num espaço tão curto de tempo entre o dia 1 de abril e o dia em que estavam, dia 29 de junho, se possa preparar e definir quais são as necessidades em cada um dos equipamentos que acabaram de receber, embora já tivessem feito esse trabalho, já estava adiantado, fazer orçamentos, consultar empresas, lançar procedimentos e avançar para a obra. Além disso, ainda há depois também as opções que têm que ser feitas, porque não se consegue fazer tudo e, portanto, têm que fazer opções e têm que escolher dentro dos cronogramas de execução aquilo que vão fazer primeiro e não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo. Já teve oportunidade de ali dizer que no caso da extensão de saúde do Parchal é um projeto é mais complexo, porque querem aumentar aquele espaço com a construção de um piso superior e têm de ver se correrá bem e que é onde pretendem ter a sede depois da futura Unidade de Saúde Familiar, a segunda Unidade de Saúde Familiar do concelho de Lagoa que foi prometida, à semelhança daquilo que existe em Lagoa, para poderem procurar resolver um problema que têm de cuidados de Saúde primários na freguesia da União de Freguesias de Estômbar, Parchal e de Ferragudo. Da mesma maneira que fez essa questão à senhora Doutora Alexandra Leitão, Ministra na altura, e que não gostou muito da sua intervenção, também, perguntou variadíssimas vezes, e não era preciso aconselhar a fazer porque já estava feito, relativamente à sucata e à vergonha, estava inteiramente de acordo, terem aquele depósito de material, algum dele completamente obsoleto, aquilo que lá estava era para ir para o lixo, não serve para outra coisa, mas estão lá à guarda da GNR, muitas vezes, por processos judiciais à espera do que se calhar nunca virá a acontecer, que é poder ficar a favor do Estado ou, eventualmente, a ser devolvido aos seus proprietários. E, logo naquele sítio, não fazia sentido. Disse ainda que o anterior Comandante Distrital da GNR, quando tomou posse, e que já se foi embora, pois já têm um novo Comandante Distrital, a quem também já transmitiu essa preocupação de se procurar resolver aquela questão, esse anterior Comandante quando chegou, ligou-lhe e transmitiu a disponibilidade que tinha e o plano que tinha para poder resolver aquele problema. Inclusive a autarquia, ainda no tempo em que o Presidente da Câmara era o senhor Vereador Francisco Martins, disponibilizou um terreno em Porches para poderem receber esse material, com todas as condições e com vigilância, procurando também que não se verificassem os problemas ambientais, tendo essa preocupação, mas nem assim conseguiram resolver o problema. Era um sinal daquilo que é o país, há vários Estados dentro deste Estado e aquelas coisas quando entram em determinados níveis, torna-se muito complicado de encontrar soluções. Por último, esclareceu que um pedido indeferido era isso mesmo, e aquele município como qualquer um dos outros 307, tem o poder administrativo de indeferir, mas o poder, a capacidade fiscalizadora e judicial de fazer cumprir, não está com a autarquia, pelo que quando indeferem um pedido a um cidadão, com as razões fundamentadas, dizem ao cidadão que ele não pode fazer e se ele fizer está a incorrer num crime, mas a Câmara não tem poder judicial e, portanto, nada podem fazer relativamente a essa matéria, a não ser denunciar a quem de direito, ao Ministério Público. Portanto, a pergunta se o cidadão que tem um pedido indeferido pode continuar, pode ignorar esse pedido e fazer, a resposta era que poder pode, mas tem que



assumir as responsabilidades de desrespeitar a lei. Relativamente às questões que foram colocadas pela cidadã Sara, que cumprimentou, presumindo que estivesse a ver em casa e aproveitou para desejar as melhoras. Em relação à primeira pergunta, respondeu que sim, os novos fogos habitacionais a custos controlados em Porches irão ser construídos de acordo com a eficiência energética. Aliás, era obrigatório, pois têm dois tipos de intervenção previstas, a habitação acessível ou a renda apoiada e depois a custos controlados, e quer um quero outro, para se poder concorrer ao PRR, esse era o objetivo da autarquia, é obrigatório na lei que cumpra todos os requisitos de eficiência energética que estão no decreto de lei. Depois, relativamente à segunda questão, o município de Lagoa tem já há dois ou três anos externalizado a questão da recolha dos resíduos sólidos urbanos. Fizeram-no porque era absolutamente necessário tendo em conta aquilo que foi a avaliação que fizeram dos recursos humanos da autarquia, a média etária elevada, na ordem dos 50 anos, muitos funcionários acima dos 50 anos e, portanto, claramente recursos, trabalhadores que vão progressivamente entrando para a reforma e a verdade é que sempre que lançaram e que abriram procedimentos concursais, e tinham um a decorrer para profissões também muito específicas e, infelizmente, estão quase todos desertos e vão, seguramente, encerrar assim. O mesmo se passava quando tentavam contratar cantoneiros de limpeza para trabalhar nessa área e ficavam constantemente desertos. Por isso, tiveram que fazer a escolha de externalizar esse serviço e, portanto, contratar uma empresa para fazer a recolha do lixo ao longo do ano. Mas continuam a ter uma equipa de funcionários nessa área e que, precisamente, entre outras tarefas que fazem ao longo de todo o ano, no verão, reforçam a equipa e reforçar a equipa significa que, no verão, quando têm mais gente, quando Lagoa passa de 23 734 habitantes para cerca de 100 000, é necessário, obviamente, reforçar esse trabalho, sendo extremamente importante porque vivem do turismo e, assim sendo, têm que apresentar a casa sempre limpa. Relativamente à questão da recolha porta a porta, disse ter o maior respeito pelos estudos que são feitos pelas agências ambientalistas, mas afirmou já ter corrido o país e também já esteve em algumas cidades na Europa que utilizam esse sistema do porta a porta e disse não saber se os lagoenses estavam preparados para essa questão e se sabem como é que funciona o sistema de recolha porta a porta, mas o cidadão é convidado a deixar o saco de lixo à sua porta para que passe depois um serviço e o vá recolher. Dizia aquilo porque cada vez que um cidadão chega, e ainda que tenha acabado de passar a recolha, e cada um tem a sua obrigação civil e de cidadão, mas há aqueles que não gostam de sujar os dedos a levantar a tampa e mesmo estando o contentor vazio, estando a ilha vazia, deixam o saco do lixo no chão e depois todos os outros a seguir, já não vão e fica lá tudo no chão. E a seguir a Câmara está inundada de reclamações, de posts no Facebook e de todo o tipo de críticas e solicitações de que é uma vergonha que o lixo está no chão. Acreditava que sim, que de facto é uma vergonha que o lixo esteja no chão, porque há um sítio próprio para o pôr e, seguramente, é para isso que fazem o investimento nas ilhas ecológicas. É um modelo em que, primeiro, têm que perceber e fazer uma campanha primeiro para perceber se os cidadãos de Lagoa é isso que querem, se estão preparados e para perceber que a questão do porta a porta tem esse custo, o custo do lixo ficar na rua ficar na rua uma ou duas horas, o tempo que o cidadão menos consciente o deixar lá, antes do horário da recolha que está definido e já viu imagens nada abonatórias e ficava muito orgulhoso de em Lagoa não terem nada disso, mas estavam disponíveis, naturalmente, para a estudar. Quanto às instituições de saúde e a falta de



recursos humanos, a Sara falou em pessoal especializado e as competências que a autarquia tem, desde o dia 1 de abril, é relativamente aos operacionais. Assim, na questão da saúde, nem sequer os assistentes técnicos e muito menos o pessoal especializado, esse continua a ser uma competência do Ministério da Saúde, pelo que nessa área a autarquia não pode resolver, apenas pode reivindicar a quem de direito. Por último, a quinta pergunta estava de certa forma também relacionada com a quarta, pois por acaso têm esse modelo numa praia do concelho, que é Praia Grande em Ferragudo, onde têm um posto de enfermagem, um protocolo da ARS com a Junta de Freguesia de Ferragudo e era até um protocolo já bastante antigo, mas esse é um modelo que não existe no resto do concelho. Podem, pois, estudar e verificar se isso era exequível e se há profissionais suficientes para poderem alargar esse serviço a outras praias do concelho. Cumprimentou também o senhor Jerónimo Mendes, a quem agradeceu pela sua questão, mas referiu discordar daquele. Em primeiro lugar, porque achava que não deviam andar a dar nomes às coisas e depois a tirar, houve uma decisão que foi tomada e que foi assumida, era um Executivo que tinha toda a legitimidade, que foi votado pelos lagoenses, pelo que esse Executivo estava em plenas funções, tinha toda a legitimidade para decidir e decidiu dar esse nome ao Auditório onde estavam, o Auditório Municipal Carlos do Carmo, que é uma figura nacional. Respondeu à pergunta com uma provocaçãozinha, perguntando ao senhor Jerónimo o que é que Luís de Camões fez por Lagoa, pois têm seis ruas no concelho que se chamam Luís de Camões, ou o que é que o poeta António Aleixo fez em concreto por Lagoa, uma vez que têm 10 ruas Poeta António Aleixo no concelho, o local onde nasceu tem duas ruas que se chamam Poeta António Aleixo e questionou o que este fez em concreto por Lagoa. Explicou ainda que há pessoas que, pela dimensão do seu trabalho, não são pessoas de lugar nenhum, são de todo o lado, e o Carlos do Carmo, Luís de Camões é uma pessoa da pátria portuguesa e, por isso, existem milhentas ruas Luís de Camões um pouco por todo o país. O poeta António Aleixo não tem essa projecção a nível nacional, mas tem a nível regional, sendo de Loulé e o Liceu de Portimão é a Escola Secundária Poeta António Aleixo e pensava nunca ter havido nenhum portimonense que se tivesse lembrado de perguntar o que é que o poeta António Aleixo fez por Portimão para ter o nome do liceu. Da mesma forma, Carlos do Carmo é uma figura do país, de Portugal e, portanto, Lagoa decidiu dar-lhe e homenagear essa figura nacional que ganhou um Grammy, um feito extraordinário, e decidiu tomar essa decisão e quem a tomou estava devidamente legitimado pelos lagoenses. Rematou dizendo, com todo o respeito, que enquanto estivesse à frente da Câmara era um assunto encerrado. Por fim, as perguntas que foram feitas pelo senhor Eugénio Pina, a quem também cumprimentou e agradeceu as suas questões. Confessou que aquela área era a sua maior dor de cabeça que o município de Lagoa tem, e que é a questão da gestão do litoral e das praias, pois era uma questão mesmo muito complicada e a questão de que o município não faz nada, disse que ainda há cerca de três semanas esteve reunido com um grupo de Deputados na Assembleia da República em que foi, precisamente, manifestar as suas preocupações e solicitar que lhes digam o que têm que fazer para resolver aquele problema. É um problema que têm e há um contrassenso e que é o facto de que a beleza da costa, que é dada pelo fator cársico que, é simultâneo lhe dá beleza, mas também lhe dá a perigosidade que tem que ser reconhecida, traz imensas pessoas ao concelho, aliás traz mais gente do que a capacidade de carga que o concelho tem, com todos os constrangimentos que isso acarreta para quem vive em Lagoa, para quem faz das marítimo-turísticas a sua atividade,



que faz do litoral e das praias a sua atividade e também daqueles que escolhem Lagoa para visitar. Já tinha dito variadíssimas vezes a colegas seus, iria ter uma reunião no dia 7 seguinte e não sabia se seria essa matéria ou não, também com colegas operadores das marítimoturísticas, e confessou ter muito receio que naquela matéria, e dizia-o publicamente e sem qualquer tipo de problema, até porque estavam a falar para todo o povo que os ouvia através da Lagoa TV, mas tinha muito receio que com aquela forma ambiciosa como estão a olhar para essas atividades, que estivessem a matar a galinha dos ovos de ouro, porque aquilo que estão a fazer é claramente isso. E foi pedir aos governantes, porque não sabe e ninguém lhe sabe dizer exatamente a quem é que o município de Lagoa tem que se dirigir para procurar resolver aquela situação. Há tanta gente, há tanto Ministério com competência ou com pseudo-competência na matéria que é difícil se encontrar uma solução. Afirmou, pois, aquele troço da costa, lindíssima por sinal, entre a praia de Albandeira e a praia do Vale de Santeanes exclusive, não podia continuar a ter a pressão que tem, a pressão massificada que tem sob pena de algum dia, e esperava que isso nunca viesse a acontecer, terem um acidente sério, um problema sério que vai seguramente afetar todos em Lagoa, no Algarve e, eventualmente, também no país porque imagens daquele troço de costa são a promoção, não só de Lagoa, e nessa matéria os responsáveis pela comunicação e imagem do concelho e até já estão quase proibidos de pôr as imagens, para ver se há algum cuidado com isso, mas também a promoção do Algarve e da região. Não têm capacidade para ter 20 barcos à espera para entrar na Gruta de Benagil, nem ter 300 ou 400 viaturas na praia da Marinha. Há uma pressão enorme e era preciso olharem para isso com todo o respeito e com toda a atenção, e perceberem que é preciso fazer alguma coisa, sendo que o município está disponível para o fazer. Porém, sozinhos não o conseguem fazer, não têm essa competência nem esse poder, mas tinham todos que pensar no assunto, porque vivem de turismo e se houver algum problema vão ter problemas sérios. Para terminar, relativamente à licença de embarque, disse que iria verificar com o senhor Vereador o que é que se passava e com os serviços, mas não sabia responder ali, como era óbvio. Também teria de verificar relativamente às vendas de que também falou e, estando a falar da praia do Carvoeiro, disse terem ali um problema sério e, uma vez que tinha uma reunião marcada para a semana seguinte com o seu Comandante Distrital da GNR, não iria fazer ali naquele momento nenhum tipo de declaração pública relativamente a essa matéria. Mas confirmou estar preocupado, daí ir reunir com o seu Comandante Distrital da GNR do distrito de Faro.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu pelos esclarecimentos e encerrou-se, assim, o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----

II – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

- **Leitura do expediente;-----**

-----A Mesa propôs, à semelhança de outras sessões da Assembleia que, fosse dispensada a leitura do expediente uma vez que a Secretaria enviou para todos os senhores Deputados Municipais a lista atualizada de todo o expediente, de entrada e de saída, desde a última sessão



da Assembleia até àquela data. Não se tendo observado oposição à proposta, interpretou-se como havendo concordância com a mesma.-----

• **Substituição de Deputados e Vereadores Municipais;**-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que o senhor Deputado Municipal Nelson André Barroso Fernandes foi substituído pelo senhor Deputado Municipal João André Nascimento Cabrita, sendo o único pedido de substituição.-----

• **Aprovação das Atas das Sessões anteriores;**-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou haver três atas em aprovação naquela sessão, nomeadamente as atas n.º 3/2021, da primeira sessão ordinária de 2021, primeira reunião e da mesma sessão, a segunda reunião, bem como a ata da sessão ordinária de 23/02/2022. Iniciando por ordem cronológica, pela ata n.º 3/2021, referente à primeira reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29/12/2021, não se verificou qualquer reparo, correção ou retificação, pelo que se procedeu à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Avançou-se para a ata n.º 4/2021, referente à segunda reunião da primeira sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/12/2021, que também não mereceu algum reparo, correção ou alteração, pelo que foi votada e aprovada também por unanimidade. Por fim, a última ata em aprovação na sessão, a de n.º 5 de 2022 da primeira sessão ordinária de 23/02/2022 que, na ausência de reparos ou correções, foi votada e aprovada igualmente por unanimidade.-----

• **Indicação de um(a) representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa (CPCJ – Lagoa);**-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, em seguida, deu conta da existência de uma comunicação enviada por parte da CPCJ, relativamente ao preenchimento da Comissão Alargada da CPCJ de Lagoa, uma vez que iria cessar o mandato a indicada pelo Partido Socialista, Lina Cabrita, cujo mandato termina a 07/07/2022, sendo que poderá ser prorrogado. Contudo, entendeu por bem levar à consideração da Assembleia e, nomeadamente, do Grupo Municipal, mantendo a linha de orientação que têm vindo a seguir, ou seja, cada um dos Grupos Municipais tem indicado um representante para a Comissão Alargada e questionou, assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista se mantinham a confiança para continuação da Deputada Lina Cabrita, em representação da Assembleia Municipal.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro, em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista, cumprimentou os presentes e afirmou que o Grupo Municipal do PS reitera a confiança na senhora Lina Cabrita.-----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que os serviços da Assembleia iriam comunicar à CPCJ de Lagoa que foi revalidado por mais três anos o mandato na Comissão Alargada da CPCJ de Lagoa.-----

- **Intervenções dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações bem como a apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município.**-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou ter dado entrada nos serviços da Assembleia cinco instrumentos: um do Grupo Municipal do PSD “Situação do caos da saúde exige medidas estruturais - o Governo está a falhar no Algarve”. Um Voto de Louvor por parte do Chega, uma “Recomendação de Comemoração do Herói lagoense o Remexido”, da CDU a moção “Reverter o assalto que os grupos privados de saúde estão a fazer ao SNS. Investir no Serviço Nacional de Saúde. Garantir o direito à saúde no Algarve” e, por fim, uma recomendação pela “Atribuição imediata do suplemento e insalubridade e penosidade dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lagoa”. Assim, e respeitando a ordem de entrada portanto nos serviços da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao representante do PSD para a apresentação da Moção “A situação do caos da saúde exige medidas estruturais - o Governo está a falhar no Algarve”.-----

-----No uso da palavra concedida, a senhora Deputada Municipal **Telma Isabel Alberto Viana** leu a seguinte Moção: «Situação de caos na saúde exige medidas estruturais - Governo está a falhar ao Algarve. O caos no SNS está a minar a confiança dos cidadãos. É tempo de reconhecer que se enfrenta um desafio estrutural, o qual não é suscetível de resolução com anúncios vazios ou bravatas ideológicas que a realidade rapidamente derrota. Estamos a ir de paliativo em paliativo. Em concreto, as magnas questões: -----

1. Escassez de médicos agudizada pela vaga de aposentações; -----
2. Crescimento exponencial de seguros de saúde, em face à perda de resposta do SNS; -----
3. Médicos e outros profissionais em debandada para o estrangeiro, em busca de melhores condições de trabalho, melhores carreiras e valorização profissional; -----
4. A questão dos médicos-tarefeiros, a qual nasceu em 2007, injusta e intolerável para quem é fiel ao SNS, a qual corrói o compromisso com os doentes e impede o espírito de equipa, para além de ser muito dispendiosa. -----
5. A questão política: quem se diz arauto defensor do SNS não reconhece que haja um problema e com essa cegueira mais rapidamente se exime de tomar medidas e cria as condições para a desconfiança dos doentes e para a sua degradação. -----

No Algarve, em concreto, a questão é bem mais aguda. No hospital de Faro faltam médicos de diversas especialidades: pediatras, dermatologistas, ortopedistas, entre vários outros, e as urgências são intermitentes em algumas destas especialidades, o que implica, no caso dos cuidados neo-natais encerramento de maternidade e de urgência pediátrica. Por exemplo, na



primeira semana de junho, a urgência pediátrica de Faro esteve quatro dias encerrada. A confiança no SNS está a ser abalada.-----

Os compromissos de progresso da atividade assistencial têm vindo a falhar: segunda região do país com maior percentagem de utentes sem médico de família; hospitais de Faro e Portimão, bem como os Centros de Saúde no top das queixas dos utentes; índice de demora média de consultas e cirurgia dos mais altos do país; um dos piores índices de reinternamento. Nesse sentido, a Assembleia Municipal delibera: -----

1. Um voto de solidariedade para com os algarvios que sofrem com a ausência de cuidados de saúde atempados;-----
2. A exigência que o Governo tome medidas imediatas para regularizar a situação e garanta a contratação dos recursos necessários para que seja possível minorar os constrangimentos;-----
3. Que a Assembleia Municipal solicite reuniões com a tutela, ARS Algarve e Conselho de Administração do CHUA para acompanhar a situação e solicitar soluções para o problema.-----

Do teor desta moção deve ser dado conhecimento aos órgãos de soberania e aos órgãos de comunicação.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu, declarou abertas as inscrições para o debate daquela moção e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** que, depois de cumprimentar os presentes, afirmou que o PSD não tinha muita autoridade moral para juras de amor ao SNS, pois, na verdade, trata-se de uma contradição atendendo a que, quando está no Governo, é o primeiro a desinvestir no SNS a favor do negócio privado da saúde. Disse ainda que o BE concorda, no essencial, com o texto, faltando nele a necessidade de exclusividade dos médicos, que é o que melhor deve servir as populações. O SNS encontra-se num estado lastimável, todos sabem, o pessoal de saúde trabalha ao longo de várias horas contínuas, trabalhando até à exaustão, urgências pediátricas encerradas, maternidades encerradas, centros de saúde com médicos insuficientes para responderem às necessidades, médicos insuficientes para responderem às necessidades e depois queixam-se que os utentes vão mais depressa às urgências do que aos centros de saúde. Tem havido promessas, mas nada é feito e a população idosa e os mais fragilizados são brutalmente penalizados por falta de assistência médica, falta de modernização de equipamentos e ampliação. Tem havido uma política de desinvestimento no SNS nos últimos anos. Deviam atribuir às instituições do SNS autonomia para contratações de médicos e outros técnicos de saúde. Resumindo, existe da parte do Governo uma inação contínua, o Governo até assume que o SNS tem falta de pessoal e que quer reforçar o número de trabalhadores, mais propriamente em zonas carenciadas, mas que se faça e não esteja sistematicamente a empurrar com a barriga. Os profissionais de saúde são o garante da qualidade de prestação de cuidados de saúde e o Governo tem de assumir estratégias para que possam assegurar e captar novas pessoas para o SNS.-----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Deputado e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** cumprimentou os presentes e declarou que a moção levantava várias questões e apontava, realmente, certas insuficiências que nunca negaram, mas que sempre tentaram resolver e, de facto, têm sido resolvidas. Tem-se conseguido, apesar das dificuldades dos profissionais, que tanto foram aplaudidos com a pandemia, e disse não saber por que razão nas moções, quer numa quer noutra, não eram sequer enunciados, mas são esses profissionais e, de facto, são poucos que suportam o SNS, suportam-no com espírito de missão e isso só se encontra nos profissionais do SNS. Sobre o encerramento das urgências, nomeadamente pediátricas, disse não coincidir muito com as informações de que dispõem, de acordo com informações por pessoas que trabalham no terreno, as urgências de pediatria estiveram sempre abertas, quer em Faro, quer em Portimão, com médicos não especialistas, mas que há muitos anos desempenham tal atividade. Em relação aos especialistas na urgência externa tinha havido dias em que apenas existiu um pediatra escalado numa das unidades, geralmente Portimão, porque são necessárias dois pediatras para garantir a urgência e o apoio ao bloco de partos. Nos dias em que não há pediatra escalado na urgência, tem-se garantido o apoio em consulta aberta e urgência interna, sendo que em Faro há sempre um ou dois pediatras de urgência, na neonatologia e nos cuidados intensivos. Ou seja, mesmo sem pediatra tem-se garantido o atendimento regular de todas as crianças, garantido a segurança suficiente na sua assistência. No que se refere à obstetrícia, cerca de metade dos turnos são assegurados pelos prestadores externos, mas tem-se conseguido constituir equipas suficientes, quer em Faro, quer em Portimão. A limitação tem sido devida à falta de pediatras e quando se viram forçados a fechar o bloco de partos de Portimão tem sido mantida a urgência de ginecologia e tem-se mantido os serviços mínimos de obstetrícia, para qualquer situação emergente que surja. Além disso, tem-se reforçado a disponibilidade de transporte e de enfermeira especialista no acompanhamento. Têm sido feitos todos os esforços para captar mais médicos, tendo sido aumentada a remuneração das horas extraordinárias dos médicos pediatras e ginecologistas, bem como o pagamento aos prestadores externos. Partilham, assim, as preocupações, mas havia um trabalho que estava a ser feito. Naquela noite a Ministra teve uma audição no Parlamento e, de facto, explicou as medidas que iriam ser tomadas, nomeadamente, com a discussão do Estatuto do SNS, em julho. Aliás, o próprio Primeiro-Ministro, na última audição parlamentar antes das férias do verão da Assembleia da República, chamou a si toda a responsabilidade e disse que iriam ser tomadas medidas, e que essas medidas não foram tomadas antes porque estavam previstas no orçamento que, como era sabido, foi chumbado e esperou-se muitos meses para aprovar esse orçamento, no qual estão previstas todas aquelas alterações. A própria Comissão que está criada na definição de planos de contingência, nomeadamente para a obstetrícia, era uma Comissão que já vinha de 2017, o estudo estava feito, foi interrompido, porque foram assolados por uma pandemia. Disse haver, pois, pessoas que teimam em esquecer isso e já esqueceram o sofrimento, a angústia que os profissionais tiveram nessa altura. Assim, acreditam, obviamente, no Governo, estão a lidar com o mesmo e pensam estar no caminho das soluções e da transformação do SNS.-----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita**, cumprimentando os presentes e explicou que iria responder ao senhor Deputado sendo sucinto e dizendo que, de facto, o senhor Deputado citou o Primeiro-Ministro e que aquele fez mais que o senhor Deputado porque o Primeiro-Ministro reconheceu que havia falhas e para o senhor Deputado parecia tudo perfeito. Afirmou, ainda, que se for contratar um electricista para resolver o problema dos canos lá de casa, se calhar alguma coisa resolve-se e não lhe parece que seja da melhor forma, pois ouvir dizer que as urgências de pediatria funcionam porque não há pediatras, mas há médicos muito solícitos que são capazes de substituir, pensava que isso não era o Serviço Nacional de Saúde de qualidade e não era isso que se espera, com todo o respeito por quem se disponibiliza. Aquelas moções e medidas que exigem e que querem que sejam tomadas, eram em benefício da população, mas também são de respeito para com os profissionais, pois não considera legítimo que se peça aos profissionais mais do que eles podem dar. Depois disse ter ficado com uma dúvida quando o senhor Deputado disse serem solidários com o Governo e não percebeu se seria o Partido Socialista ou os médicos, a classe a que o senhor Deputado pertence, pois convinha esclarecer para se saber quem é que era solidário com o Governo e do que se estava ali a falar. Afirmou perceber, claro, que o PSD, os Deputados do PSD e ele próprio já foram Deputados Municipais em períodos de Governo PSD, sabem da dificuldade que é, às vezes, reconhecer os erros e as falhas do próprio partido, mas julgava que fica bem reconhecer, mesmo que depois se arranje uma maneira de votar de forma algo habilidosa. Mas dizer que está tudo bem, dizer que não houve urgências fechadas, que há uma enfermeira especialista que acompanha as parturientes de Portimão para Faro, como se isso fosse uma medida do século XXI do Algarve, de um sítio turístico, ter urgências a não funcionar como deve ser, ter os centros de saúde que não funcionam e, nesse aspeto, o senhor Deputado Jorge Ramos tem absoluta razão, pois as pessoas vão parar todas às urgências, porque não têm alternativas, pois as pessoas vão aos centros de saúde e, pura e simplesmente, não há uma consulta, sendo evidente qual era a alternativa. Julgava que não se pode ir fazer estudos a dizer que os portugueses abusam das urgências, pois não têm outro sítio onde ir e, portanto, quando não se enfrenta a verdade, quando se escamoteia a verdade, porque politicamente isso é mais conveniente, não lhe parece sério, nem correto, nem justo. A moção não era contra ninguém, era na defesa do Algarve, dos algarvios, do Serviço Nacional de Saúde porque não são contra ele, mas sim contra um Serviço Nacional de Saúde que tenha de ser exclusivamente público, por receios, por preconceitos, por qualquer questão ideológica. São contra o Serviço Nacional de Saúde que não seja uma solução para os problemas de saúde dos portugueses, porque ter sido aquela a opção, aquele o esquema e ter que funcionar. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Deputado e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobra para direito de resposta.-----

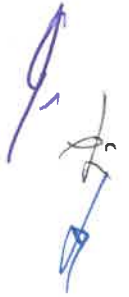
-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** declarou que não iria estar, com devido respeito, na troca de galhardetes.



Não tinha dito que estava tudo bem, disse as dificuldades que têm e que partilham das preocupações que são inegáveis. Havia, porém coisas que estavam a ser feitas e dizer que não têm resposta no centro de saúde também não era verdade, porque têm diariamente estruturado, as consultas de recurso do dia, as consultas de reforço e, de facto, têm vindo a recuperar as consultas que estavam fechadas e os médicos que estavam destacados para as vacinações, para o acompanhamento de todo o processo de Covid e que regressaram ao centro de saúde e, pelo menos em Silves, asseguram uma consulta diariamente aos utentes sem médico de família, consulta de reforço, precisamente para separar e aliviar aquelas situações agudas, para que as pessoas que tenham situações agudas não fiquem prejudicadas, porque de facto era inadmissível que a consulta de recurso do dia estivesse a ser usada para prolongamentos de baixa, declarações, cartas de condução e surgindo uma criança com uma dor abdominal, com diarreia e não há consulta. A isso chama-se organização, admitindo haver algumas falhas e iria haver falhas nas férias e novamente em setembro, porque vão começar maciçamente com a vacinação. Há, assim, uma conjuntura atípica além de todas as dificuldades que tiveram nos últimos anos no SNS, mas há um esforço de recuperar essa identidade. Não se ofendia pelo senhor Deputado ter equiparado a um electricista, que é um trabalhador como outro qualquer e, de facto, um médico também é um trabalhador e é isso que muitas vezes não era considerado. Era solidário, obviamente, com o Partido Socialista, mas também tem também críticas, obviamente, à sua governação, como também tem críticas também à governação que foi feita pelo PSD e, para si, não fazia sentido estar a falar ali de coisas que estavam mais do que debatidas. Têm, sim, de unir forças para assegurar o SNS, melhorar o SNS e, aliás, a Ministra naquele dia, na audição em que esteve, explicou bem o que iria fazer e explicou qual é o ordenado do médico recém especialista hospitalar, explicou o incentivo financeiro que vai ser dado, que são 1100 EUR por mês de incentivo, além do seu ordenado, explicou também que nos cuidados primários, nas zonas carenciadas, o benefício que vai ser dado aos médicos de família, que vão ter um acréscimo de 60% sob o seu ordenado. Era isso que iria ser feito e teriam que olhar para a gestão pois, de facto, a gestão do Serviço Nacional de Saúde estava má e daí a figura e o papel bastante difícil que vai ser o Diretor Executivo do SNS. Como médico disse sentir-se um pouco injustiçado no pagamento que lhe é feito, a ele e aos seus colegas, e têm lutado para que haja justiça nesse sentido. Disse, ainda que, em relação aos enfermeiros, atualmente era o privado que começa a ter dificuldades com os enfermeiros, porque os serviços públicos estão a pagar melhor que os privados. Mas o público já está a pagar mais e daí que muitos enfermeiros se estejam a deslocar para o serviço público. De facto, o Algarve é sacrificado e as pessoas não aceitam as vagas, sendo que esses problemas no norte não existem.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interrompeu afirmando já se ter percebido o sentido da intervenção do Grupo Municipal do Partido Socialista e, em seguida, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** dizendo parecer-lhe que o que se estava ali a fazer era o velho ditado português de “casa onde não há pão, todos ralham”, pois o problema era o de não se poder contratar médicos se eles não existirem, e a sua geração e provavelmente da maioria dos que aqui estavam, sabem quem é



que instituiu os numerosos clausulus de entrada em Medicina, sabem das objeções que a própria Ordem dos Médicos também fez quando se quis abrir o curso de Medicina na Universidade do Algarve. Ou seja, a Ordem dos Médicos tem funcionado como um travão ao aparecimento de novos médicos, sempre dizendo que Portugal tem, de acordo com as estatísticas, médicos a mais, os órgãos de comunicação social embarcaram todos no mesmo barquinho e estão fartos de afirmar que Portugal tem médicos a mais e depois não se pode contratar, porque não existem. Ainda que aumentem para 50 EUR as intervenções no bloco hospitalar, nos blocos de emergência, não era isso que iria resolver o problema, porque não há médicos para contratar e, ou se arranja uma maneira de arranjar médicos ou então não há solução, e isso não era o Governo propriamente, nem são os governos anteriores, na sua opinião, que têm culpa, pois quem teve sempre culpa foi a Ordem dos Médicos que patrocinou o aparecimento daquele tipo de situações.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a precisão e concisão, passando em seguida a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** afirmou não querer alimentar um debate estéril, mas lembrou algumas situações que, às vezes, caem no esquecimento. Já tinha sido mencionada a preocupação que o atual Governo e que Lagoa, mesmo a nível do Algarve e da região, têm relativamente à saúde. Apelou a que não se esquecesse que no Governo do senhor Passos Coelho se convidou os profissionais altamente diferenciados a imigrar e ainda estavam a pagar essa fatura. Depois, devem pensar que a região e a AMAL, recentemente, assinou um contrato-programa com a Universidade do Algarve e com a Faculdade de Medicina, a AMAL com o Ministério da Ciência e Tecnologia, e a AMAL significa os municípios do Algarve que, pela primeira vez, estiveram todos de acordo, independentemente das cores políticas e assinaram um contrato programa para aumentar o número de vagas de acesso ao curso de Medicina da Universidade do Algarve que, atualmente, ronda as 40 a 50 vagas e vão passar a cerca de 100, o que será quase o dobro. Trata-se de um contrato-programa que vai ser crescente em quatro anos, estando a falar de profissionais altamente diferenciados cuja formação não se faz em quatro ou em três, mas sim em seis, em doze, e na idade em que podiam estar ainda no pleno, que é aos 55 anos, têm a permissão de deixar de fazer urgência e isso não era daquele Governo, mas de há muitos anos. Ou seja, trata-se de problemas conjunturais e da sociedade portuguesa e deveriam perceber até que ponto é que todos estão dispostos a pagar quanto mais aos profissionais de saúde. Porque o problema dos profissionais de saúde é real, assim como é o problema dos senhores professores, pois vão ter falta de professores no Algarve, pois aqueles não conseguem pagar uma renda para viverem no Algarve e não há quem queira candidatar-se a cursos via ensino. Era, pois, uma problemática da sociedade em geral e não uma problemática do atual Governo que está a fazer o que tem ao alcance para encontrar respostas que serão, no imediato e a curto prazo, difíceis de dar a resposta que todos desejariam. É certo que todos gostavam no dia em que um médico contratado estivesse na pediatria da unidade de Portimão por uma dor de barriga ou que estivesse acompanhar o filho ao hospital, que tivesse um à porta para o substituir, mas têm que ser realistas, pois sabem que têm um centro hospitalar que cobre uma distância bastante



grande, sabem a distância entre a unidade de Portimão e a unidade de Faro, sem se esquecer de Lagos, de Aljezur, cuja distância é de 60 km, mas o exemplo que tem passado na Comunicação Social, que é populista, não diz em toda a verdade o porquê de não haver os especialistas e era por isso que deviam perceber se, de alguma forma, os serviços não ficaram assegurados e tal como o Deputado Vítor Sobral já ali o disse, houve sempre capacidade de assegurar a prestação de cuidados a quem entrasse no centro hospitalar do Algarve e isso ninguém pode dizer o contrário. A comparação entre o electricista e o canalizador, com o devido respeito, não podia aceitar, porque quem conhece a carreira médica diz que um indivíduo que tenha a especialidade, mesmo que seja da MGF está habilitado para prestar cuidados, e mesmo que não tenha nenhuma especialidade, com a lei atual, também está habilitado para prestar cuidados. Todos gostariam de ter um especialista, mas numa situação de emergência, que todos têm, que não possam estar presentes no local de trabalho, terá alguém que substituir e as situações falam em 4 dias, que foi o exemplo ali dado, e não deixou de estar a outra unidade a suportar os cuidados e não deixaram de garantir a prestação de cuidados conveniente. As histórias que se contam na Comunicação Social e nos devidos canais conhecidos são histórias sensacionalistas, que não têm fundo de verdade. Relativamente à questão abordada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de que se espera que quando houver delegação de competências o município possa deitar mão às infraestruturas que têm nos centros de saúde e que possa fazer a devida reabilitação e que considerava ser uma oportunidade de demonstrarem que o Algarve e os algarvios podem, perfeitamente, começar a criar condições no Serviço Nacional de Saúde que tanto almejam, que nunca serão aquelas que desejariam, porque tudo tem um custo e o dinheiro é finito. Disse estar preocupado com a falta de professores, porque quando falta o professor de Matemática, de Língua Portuguesa, têm um mês para serem substituídos e durante um mês as crianças também não têm professores e vão dizer que a culpa é do Governo. Ele considerava que não, que era um problema da sociedade, pois não estão a preparar uma sociedade para que os estudantes que acabem o 12º ano todos procurem seguir um rumo, o ensino superior, sendo sabido que nem todos vão dar uso ao canudo e, por isso, tinham que ser realistas.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, não se tendo registado mais inscrições, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD "Situação de caos na saúde exige medidas estruturais - Governo está a falhar ao Algarve", tendo sido rejeitada por dezasseis (16) votos contra do Partido Socialista, uma (1) abstenção do Chega e oito (8) votos a favor, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU. De seguida, foi dado o uso da palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão para apresentação do voto de Louvor.-----

-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão, cumprimentando os presentes e declarando que o Chega propõe um voto de Louvor ao Kayac Clube Castores do Arade (KCCA), pelo esforço dos seus atletas, técnicos e dirigentes, pelo excelente desempenho e os resultados que têm realizado em diversas provas regionais, nacionais e internacionais, estes feitos representam uma importante afirmação no plano desportivo e social do município de Lagoa.-----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, aberto o período de inscrições, deu a palavra à senhora deputada Maria Licínia Mendes Lourenço.-----

-----Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal **Maria Licínia Mendes Lourenço** que, depois de cumprimentar os presentes, declarou terem ficado com uma dúvida ao ouvir a recomendação e ao lê-la, pois consideram-na muito redutora no que diz respeito ao desporto do concelho de Lagoa. Aquele concelho tornou-se muito conhecido, quer a nível regional, nacional e até internacional, ao nível da prática de variadas modalidades, em resultado do empenho das várias associações e coletividades e com o apoio do município. Lagoa é uma zona de referência para a prática de várias modalidades desportivas, quer ao nível da formação quer ao nível das competições, e tem levado, inclusivamente, ao investimento por parte do município na manutenção e melhoria das condições das várias instalações desportivas municipais. Falavam não só da prática desportiva como forma de manter uma vida saudável, mas do desporto federado, que estava ali em causa, tendo o município dado um forte contributo para aquele panorama, porque tem apostado fortemente no apoio à prática desportiva, quer com os contratos-programa, cedência de viaturas e de instalações, e subsídios pontuais para eventos. Ora, em resultado do empenho, quer dos clubes, das associações, das coletividades, têm visto o nome de muitos atletas e de clubes inscritos nas tabelas de classificação regionais, nacionais e até internacionais em virtude dos excelentes resultados obtidos como os do Kayak Clube de Castores do Arade. Lembrou ainda o LAC com o andebol e a natação, a CHE Lagoense e o Universo dos Mistérios com o badminton, a ACD de Ferragudo com o basquetebol, o Parchalense com o futsal, apenas para dizer mais alguns. Entretanto, o município não fez durante os dois últimos anos devido às condições conhecidas, mas iria retomar a realização da Gala do Desporto, onde são, efetivamente, homenageados todos os clubes, atletas, técnicos e dirigentes dos vários clubes e associações do concelho. Por isso, propunham um entendimento e que a senhora Deputada Municipal do Chega considerasse a alteração do sentido do seu Louvor de forma a incluir todas as associações e clubes, pelo excelente desempenho e bem assim também o município por todo o apoio a todos os clubes. Nesse sentido e caso aquela proposta não fosse aceite, o Grupo Municipal do Partido Socialista votaria contra a recomendação apresentada.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou a senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão quanto à proposta apresentada pelo Grupo do Partido Socialista.-----

-----Usou da palavra a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** afirmou que o Louvor feito ao Clube Kayac não colocava, minimamente, em causa tudo aquilo que já foi feito pelas outras instituições. Não era esse o caso. Tratava-se de um louvor ao clube sem minimizar nada do que já foi feito, pelo que iriam manter o Voto de Louvor tal como apresentado.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, confirmou que se manteria inalterado o voto de louvor proposto pelo Clube Kayac dos Castores do Arade. De seguida, foi concedida a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

Handwritten marks in blue ink, including a large 'A' and some scribbles.



-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** declarou que a sua intervenção ia ao encontro da senhora Deputada Municipal Licínia. Em primeiro lugar, se não houvesse o contributo e a participação financeira da Câmara, as associações e os clubes que existem no concelho de Lagoa não tinham pernas para andar, pelo que era uma verdadeira situação, na qual podem congratular a Câmara pelo serviço que tem prestado e que continua a prestar. O voto de Louvor apenas ao Clube Kayac, para si, discriminava as outras associações e os outros clubes que existem naquele concelho, uma vez que outros clubes têm levado o concelho de Lagoa a toda a parte de Portugal e também além fronteiras. Acha por bem que incluísse as outras associações. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** afirmando que quando se louva um não se deslouva os outros, pois quando alguém é campeão não se vai dar louvor aos outros todos que perderam com o campeão, que permitiram que esse fosse campeão, porque se os outros todos não têm perdido, ele não teria ganho. Disse considerar óbvio que o município tem que louvar todos os seus campeões, tendo já a Gala do Desporto que louva todos aqueles que têm resultados. Isso não significava que, quando alguém, um clube, um atleta tem um resultado, não deva pôr em destaque e não será por isso que os outros se vão sentir ofendidos, pois não se está a dizer que é o único a ter resultados. Numa outra ocasião haverá outro clube do concelho a ter outro resultado que deverá ser louvado, assim como quando um português consegue um título de campeão europeu ou mundial, a Presidência da República dá-lhe uma comenda e não uma comenda a todos os atletas portugueses porque não conseguiu. Pensava ser uma questão de se ser razoável, que quando se elogia um, não se tem que elogiar a todos e não têm que incluir o município nesse louvor pela simples razão de que o município ajuda as associações, como no passado ajudou, fazendo-o não por louvor, mas por obrigação, pois cabe ao município a obrigação e tem a atribuição legal de fomentar o desporto. Acontece que Lagoa é exemplar, pois tem no seu ADN cumprir essa obrigação e quando se cumpre uma obrigação não se deve receber louvores. Era evidente que se orgulham todos dos resultados, mas têm que louvar os que conseguiram, não aqueles que permitiram. Obviamente que ninguém é herói sozinho, mas citando um senhor Deputado, não fossem as crianças esforçarem-se como atletas, a ver se o esforço do município servia para alguma coisa. Deu o exemplo daquela modalidade, pois tinha conhecimento de causa, e disse que os Castores do Arade existem e têm aquele resultado porque, do seu ponto de vista, tem a filosofia correta de encarar o desporto e que é a de fomentar, criar condições, acolher todos e procurar resultados e, por isso, é que naquele dia podiam dar um Louvor ao Castores do Arade na modalidade de Canoagem e não podem dar a outra associação do concelho que teve todo o apoio também do município, teve todo o esforço do município e não soube aproveitá-lo. Por isso é que se tem que louvar os que sabem e os que não sabem, isso não será discriminar, quando muito discriminação positiva e dessa não haveria que reclamar.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Luís Pedro Vieira Ribeiro.--



-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Luís Pedro Vieira Ribeiro** declarou que o Grupo Municipal do PS não estava a querer fazer discriminação negativa ao dizer que não vai votar aquele Louvor mas, pelo contrário, queria fazer uma discriminação positiva ao votar um Louvor para todas as associações que se destacaram. Pensava que se devia olhar e era verdade que está no ADN do município, não só do atual, mas dos executivos anteriores, investir no desporto, algo positivo pois enquanto as crianças estão a praticar atividade física e desporto, não estão a fazer outras coisas. Julgava que deviam ser corretos para com todos, pois as oportunidades são dadas e os resultados são conseguidos, e como referiu a senhora Deputada Municipal Licínia, não lhes parece correto, passados dois anos da pandemia, em que se mantêm quase todas as associações em funções, graças ao apoio do município, que manteve e mantém o apoio, porque também o podia ter retirado o seu ADN e deixar de investir nessas associações e não considerava ser uma obrigação. O voto do seu grupo seria a favor do voto de louvor às outras associações, todas que ganharam também prémios e que tiveram excelentes resultados, até porque não havia um resultado específico ali mencionado, não houve ninguém que tivesse ganho uma medalha olímpica, não houve ninguém que fosse campeão do mundo, não houve ninguém que fosse campeão nacional, ou seja, o resultado naquele louvor não era específico. Pensa que devem para com todas as outras associações, louvá-las também ali. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, considerou que a questão estava na fundamentação, uma vez que o voto de louvor poderia, eventualmente, ter especificado a que resultados em concreto se refere. Da forma como estava redigida corriam o risco de marginalização, por não haver um objeto específico de louvor. Em seguida, deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** declarou que ia pedir para ler através o voto de louvor uma vez que não se tinha apercebido do seu conteúdo, mas afirmou não o chocar nada, e pensava que aquela discussão era um pouco académica de louvar todos ou não. Partilhou uma informação, desconhecida aos presentes, de que havia um clube do concelho que foi campeão nacional e que estava a disputar a Taça dos Clubes dos Campeões Europeus, podendo, no dia seguinte, passar aos quartos de final de uma prova Europeia. Quando chegar o momento, e se for necessário, alguém apresentará um voto de louvor e será votado. O que faltava na moção era o não especificar qual o resultado que foi obtido e isso é que tornava a interpretação difícil. Pensava que, para qualquer clube que obtenha resultados relevantes para o concelho, se deve tomar a iniciativa, mas seria necessário especificar os resultados que obtêm.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Manuel dos Reis Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Carlos Manuel dos Reis Ramos** declarando que a discussão já iria longa, o que era bom sinal, pois significava que tinham campeões, caso contrário não teriam aquela discussão e estariam ali a discutir outra coisa menos académica.---

[Handwritten marks]



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, na ausência de mais inscrições, informou se passaria à votação do proposta de voto de louvor apresentada pelo Chega ao Kayak Clube de Castores do Arade, tendo sido rejeitada com dezasseis (16) votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista, duas (2) abstenções, uma (1) do Bloco de Esquerda e outra da CDU, e sete (7) votos a favor, três (3) do PSD, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro e um (1) do Chega. Seguiu-se a apreciação da seguinte recomendação “Recomendação de Comemorações do Herói lagoense “O Remexido”. Para a apresentação da proposta de recomendação, foi dado o uso da palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----No uso da palavra concedida, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** explicou tratar-se de uma recomendação sobre um herói que faz parte do concelho, mais exatamente da freguesia de Estômbar, José Joaquim de Sousa Reis, conhecido como “O Remexido” nasceu em Estômbar a 19/10/1796 que, pelo seu feitio lutador e firme de ideais, foi apelidado de “O Remexido”. Sugeriram aquela recomendação no dia do seu nascimento com atividades e exposições nas escolas do concelho, de forma também a elucidar os mais jovens sobre alguém que foi importante e que, por vezes, é esquecido.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o espírito de síntese da Deputada e, uma vez aberto o período de inscrições, concedeu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** afirmou que a bancada do PSD não acompanharia a moção, não por considerar que não se deve valorizar as pessoas com notoriedade nascidas no concelho, aqueles que têm na história de Portugal e no contexto português algum relevo, mas por pensarem que, naquele momento e de forma desgarrada, não teria sentido, pois o município tem em preparação a Casa da Cidadania que será enfim, esperam todos, um fórum próprio para prestar tributo a todos os lagoenses de relevo e a Lagoa enquanto um todo. Assim, não faria sentido, enquanto esse processo estava em curso e de forma desgarrada, assinalar aquele cidadão de reconhecida notoriedade na história de Portugal e nascido numa das freguesias do concelho, numa freguesia onde julga que todas as pessoas se orgulham de nascer, e que é Estômbar. A todos os lá nasceram ficava bem esse orgulho, pelo que a si também lhe ficava bem ter esse orgulho. Naquele contexto, porém, considera não ter sentido, estando descontextualizado daquilo que vai ser, e que se espera que seja e tão breve quanto possível, uma forma de homenagear todos os lagoenses ilustres. Lagoa tem uma dívida para com alguns lagoenses ilustres, nomeadamente ainda vivos, julgando que não se deve esperar que um dia, pela ordem natural das coisas, que o deixem de ser para prestar homenagem. Concorda ser uma prioridade, mas uma prioridade num contexto próprio, através de um veículo que está a ser criado, que deve ser implementado e, como tal, não podiam acompanhar aquela recomendação.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a intervenção e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral.-----



-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** afirmando que não era só o Chega mas, também o PSD que pretendia recriar a história e reinventá-la, remetendo para os factos históricos inquestionáveis, Declarou, assim, que após o fim da guerra civil, com a derrota de D. Miguel e a vitória das forças liberais fiéis a D. Pedro e a D. Maria, consubstanciada na convenção Tratado de Évora Monte, José Joaquim de Sousa Reis recusa-se a comparecer perante a autoridade legítima, ou legitimada, e a primeira decisão do Remexido e dos seus guerrilhas é a de atacar a sua própria aldeia, que o acolheu desde jovem, S. Bartolomeu de Messines, assolando por todo o Algarve as populações, assassinando e incendiando muitas povoações como Alcantarilha, Albufeira e Lagoa, entre outras, até ser capturado e conduzido a julgamento em Conselho de Guerra, em Faro, e condenado à morte por enforcamento no dia 01/08/1838. Durante a guerra civil, os guerrilhas do Remexido, para além do ódio aos pedreiros livres e malhados vulgo liberais, tiveram motivações mais prosaicas que político-religiosas, nomeadamente e sobretudo, pilhagem de bens de proprietários e comerciantes, e procuraram eliminar a prova das suas dívidas matando os credores ou destruindo os registos pelo incêndio do cartório de escritvães, como aconteceu a 22/06/1833, na casa de José Joaquim de Ataíde, em Lagoa, a quem roubaram inteiramente, estragando, para além das portas, janelas, vidros, os livros e os autos do seu escritório. Como em muitos outros inimagináveis episódios de extrema violência durante a guerra civil, perpetuados pelos guerrilhas do Remexido, não se esquecem da morte bárbara a 19/07/1833 do prior da igreja da nossa Senhora da Luz, o padre Amador, às mãos de guerrilhas, de Porches, de Manuel Pedro, do jovem Tenente lagoense Celestino da Costa e de sete jovens praças do batalhão de ordenanças de Lagoa, para além de vários habitantes de Messines e após a vitória da Vagem do Carmo, a pilhagem de Lagoa, Estômbar e Mexilhoeira da Carregação, seguindo esses então para Albufeira onde se registou o mais sangrento episódio de guerra civil do Algarve, já que alguns dos populares são chacinados, quase todos passados a baioneta, a tiro e a pancadas pelas guerrilhas. Recordou ainda o bárbaro assassinato do Capitão-Mor do corpo de ordenanças de Lagoa, Joaquim José Júdice Guerra, em 11/08/1833, seu tetravô. Encarado como herói romântico, que não foi, julga que José Joaquim de Sousa Reis, o Remexido foi alguém que não entendeu nada de nada e que, teimosamente, recuou no curso da história e apelou a que não se queira mais recuar no curso da história e mitificar José Joaquim de Sousa Reis como sebastiânico herói popular, de forma apaixonada ao sabor do revivalismo bacoco, reescrevendo e recriando-o. Pelo exposto, o voto da sua bancada seria contra.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a declaração de voto e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** dizendo que o seu nome era citado na proposta de recomendação e que quem a fez descontextualizou as coisas. E, citando, questionou se “vale a pena correr tais riscos”, porque se valeria a pena de correr tais riscos, em nome de se relatar a história, quer dizer que a personagem cometeu, naturalmente, falhas, mas não era por tal que não se devia divulgar as coisas em nome da verdade histórica, pelo que o livro foi publicado. Quando o senhor Doutor Sobral consegue meter no mesmo saco coisas que não fazem sentido e envolver o nome do PSD por aquela



citação, considerou que andava mal e aconselhou que seria melhor ler tudo, cada palavra e como descodificar uma frase, porque parecia que não sabia fazê-lo. Assim, envolver os demais só para provocação, não era bom. Evidentemente que tendo escrito algumas palavras num prefácio de uma publicação na altura, e era evidente que o Remexido, sendo uma figura local e havendo um documento a publicar, fazia todo o sentido publicar em nome da História. Esta tem heróis exemplares, mas tem também outras personagens que não são exemplares e quando se pega nisso para, inclusivamente, fazer atividades formativas para as escolas, parecia-lhe abusivo e pensava que aquela proposta de recomendação ia longe demais, ou seja, não configura aquilo que a pessoa que é citada ali, ele próprio, pelo que deviam ter lido tudo o que lá estava e não o fizeram. Descontextualizar as coisas é uma maneira errada de fazer informação. Aliás, todos os dias muitas pessoas têm afirmações produzidas na Comunicação Social em que se descontextualiza e considera que até se o faz objetivamente, e julgava que até devia estar ofendido mas não estava, porque parece que se quer citar o seu nome sem a sua permissão ou então transcrever-se-ia tudo e não apenas “vale a pena correr tais riscos”, o que significava que era sob fortes reservas que se fazia aquilo, tendo em atenção o carácter da personalidade em causa. Contudo, não se deve ignorar que a personalidade existiu e, conseqüentemente, sendo oriundo daquele concelho que, com toda a legitimidade, o município na altura fez a publicação e ele próprio fez um preâmbulo como lhe foi pedido. Depois, extrapolar como o Doutor Sobral fez, considerava ser um abuso de toda a ordem. Ou seja, sentia-se melindrado com ambos, quer com quem o citou sem ter o cuidado, quer depois o PSD que vem reportar ali uma citação sua e disse julgar que a democracia não era assim, nem o respeito humano, havendo uma grave falha de valores.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral, apelando ao espírito de síntese deste.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** para responder a algumas questões e, no fundo, fazer justiça e retratamento uma vez que nunca se iria dirigir ao Doutor José Inácio que, de facto, é do PSD. Explicou que a sua intervenção era mais dirigida à do Doutor Joaquim Cabrita, ao querer remeter aquilo para a Casa da Cidadania, com também a especial relevância do Remexido. Considerou que o Doutor José Inácio foi abusivamente utilizado, sendo um mestre em História e uma personalidade do concelho e que respeita. Perante a interpretação que fez e de ter ficado melindrado, de facto, compreendia isso mas, não era para o atingir de maneira nenhuma, pois o Doutor José Inácio sabe o que diz, dá a todos lições de História e, por isso, quis apresentar, obviamente, as suas desculpas naquela interpretação.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu ao senhor Deputado Municipal e, em seguida, procedeu à votação da recomendação do Chega “Recomendação de Comemorações do Herói Lagoense O Remexido”, tendo sido rejeitada vinte e quatro (24) votos contra, dezasseis (16) do PS, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) do Bloco de Esquerda e um (1) da CDU, e com um (1) voto a favor do Chega, proponente da recomendação. Avançou-se, em seguida, para a moção apresentada pela CDU intitulada “Reverter o assalto que os grupos privados de saúde estão a

24



fazer ao SNS. Investir no Serviço Nacional de Saúde. Garantir o direito à saúde do Algarve”. Para apresentação da moção, deu o uso da palavra ao representante da CDU.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal que, depois de cumprimentar os presentes, apresentou a seguinte moção: “A degradação do Serviço Nacional de Saúde, quer na região do Algarve, quer no país, é inseparável das opções de sucessivos governos de submissão ao défice de contas públicas - que impede o investimento dos serviços públicos - e de favorecimento dos interesses de grupos económicos privados, que beneficiam do desvio de recursos do setor público para o setor privado. Muitos são os exemplos que comprovam esta realidade no Algarve. A mais recente situação que confirma a ausência de respostas do Governo foi o encerramento da urgência de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital de Portimão, que se junta aos encerramentos já verificados na urgência pediátrica do Hospital de Faro. Uma decisão que segundo o próprio Conselho de Administração do CHUA ocorreu “devido à dificuldade em assegurar as escalas na maternidade e no bloco de partos de Portimão”, ou seja, a ausência de médicos e de outros profissionais capazes de assegurar este serviço. Esta situação, não só revela a ausência de medidas que garantam a atração e fixação de médicos e de outros profissionais de saúde no SNS - como o PCP tem proposto designadamente durante a discussão da proposta de Orçamento do Estado de 2022 - mas também, uma política que, de forma indireta, contribui para alimentar o negócio dos grupos económicos privados que lucram com falta de resposta do SNS. Ao contrário do que diz o Ministério da Saúde, o recurso a situações de urgência pediátrica apenas em Portimão, ou urgência de ginecologia e obstetrícia apenas em Faro, não são solução. As crianças e os pais algarvios precisam de ter a segurança de que, em qualquer eventualidade, as portas de urgência não se encontram encerradas, nem a saúde a vida são postas em causa. A CDU relembra que, infelizmente, a falta de profissionais de saúde em todo o Algarve - desde os cuidados primários, passando pelos hospitais, aos cuidados continuados - é uma realidade que, pese embora muitas promessas, não têm tido resposta. Por outro lado, impede-se a devida valorização salarial e profissional dos trabalhadores da saúde em nome da contenção da despesa pública, por outro, favorece-se a contratação de médicos “tarefeiros” - pagos à hora a empresas privadas que ficam com parte desse valor - e encaminham-se os doentes para os grupos privados de saúde, que são financiados com recursos públicos retirados ao SNS. É este o esquema que está montado. É esta a principal causa por que faltam tantos médicos e outros profissionais de saúde no SNS e que leva ao encerramento de serviços. A CDU reafirma que a transformação do direito à saúde num negócio da doença, tornará a prestação de cuidados de saúde num privilégio de alguns, tal como acontecia antes da criação do SNS, ou seja, tal como acontecia antes do 25 de Abril. Mas a saúde não é nem pode ser um negócio. Só o SNS, com a dimensão universal e tendencialmente gratuita, é que pode garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, independentemente dos seus rendimentos ou património. Só com medidas urgentes com vista a garantir a atração e fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, investindo nas suas carreiras e remunerações, é que será possível salvar o SNS e o direito à saúde, na região e no país. Neste sentido a Assembleia Municipal de Lagoa delibera: exigir junto do Governo a urgente contratação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde necessários para assegurar o funcionamento dos hospitais algarvios e das diferentes unidades de cuidados primários de saúde, de modo a garantir mais consultas, exames, cirurgias, médicos e enfermeiros de família para todos. Exigir junto do Governo a criação das condições para atrair



e fixar profissionais de saúde no SNS, designadamente com a valorização das carreiras e das profissões destes trabalhadores, incluindo incentivos à fixação em zonas carenciadas e à exclusividade no SNS. Exigir a reabilitação das instalações dos centros e extensões de saúde da região e a reabertura permanente de todas as extensões de saúde encerradas, bem como a célere construção do Hospital Central do Algarve.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, abrindo o período de inscrições, concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** afirmando que o Grupo Municipal do PSD tinha um problema, pois revê-se nas conclusões, mas não se revê nos pressupostos, nem no título. Tudo o que a CDU dizia como pedido fazia todo sentido, mas as razões invocadas para fazer esse pedido é que não tinham sentido nenhum, porque dizer que aquilo só acontece porque se quer vender a saúde ao privado, dizer que a saúde não pode ser um negócio, e a saúde pode ser um negócio, desde que seja justo e regulado, pois era evidente que tudo o que se faz com dinheiro, é negócio. A não ser quem está por mecenato ou voluntariado, todos os outros estão na vida por negócio e, portanto, todos os trabalhadores também vendem a sua força de trabalho, pelo que também é um negócio. Estava ali um pressuposto completamente errado e o título atira conclusões legítimas para um pressuposto e para um caminho que era perfeitamente ideologicamente marcado e no qual, obviamente, não se reviam de maneira nenhuma. Por isso, tinham muita pena, porque pensavam que, em termos de conclusão, tem toda a acuidade, mas os pressupostos e o título retiram a possibilidade de votarem a favor.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** declarou que, de facto, não estava tudo bem e que as coisas não estão bem, mas compreendiam a posição do PSD em relação ao Serviço Nacional de Saúde, quando diz que tem aspetos ideológicos, com o qual concordava. Não iria mitigar as coisas, mas todos se lembravam que o PSD nunca foi a favor do Serviço Nacional de Saúde e, daí, ficar um pouco chocado com aquelas tomadas de posição. Também foi afirmado pelo Primeiro-Ministro, também não estavam totalmente de acordo com a CDU, pois o SNS foi, realmente, uma grande conquista da democracia e, portanto, tem um valor inigualável pelo qual irão lutar para o defender, respeitando, obviamente, todo o trabalho que é feito pelos privados, não como competição, como entendeu o PSD, quando quis anular a Serviço Nacional de Saúde e passou em falar em sistema nacional de saúde, pondo-o a competir com os privados, mas sim como complementaridade. Os tempos atuais são outros, há também um desinvestimento grande nos privados. Não podiam admitir o que estava a acontecer pois, de facto, grande parte do Serviço Nacional de Saúde está a subsidiar os serviços privados. Também não concordavam com a CDU quando falam em contenção, pois tem não havido contenção financeira, mas sim uma má gestão financeira e era isso que se iria reverter. A Ministra naquele dia tinha dito as medidas que vão



F
L

ser tomadas e disse aos Deputados, obviamente, não sendo mentirosa, acreditam na palavra dada e honrada, pois esse tem sido o lema do seu grupo. Aliás, muito daquilo que é deliberado pela CDU tem já uma resposta, nomeadamente a contratação de médicos e criar medidas para fixar profissionais. Recordou que, em 2015, quando se iniciou a legislatura, o SNS tinha 119 000 profissionais e, atualmente, tinha 151 000. O problema é que, de facto, não estão devidamente repartidos e esse era o problema no Algarve, porque no Norte não há problemas, nem no Centro. Em relação aos incentivos, como já tinha dito, 2 779,00 EUR é o vencimento que recebe um recém especialista depois de colocado, 1 111,00 EUR é o valor de incentivo financeiro que já estava atribuído e que tinham melhorado. A esse propósito, podiam dizer que, em 2015, o incentivo financeiro, ao longo dos cinco anos, foi de 21 000 EUR e, atualmente, é de 80 000,00 EUR. O problema não era financeiro, mas sim de gestão e isso tinham que assumir, sendo um problema também de responsabilização. Sobre a reabilitação das instalações, centros e extensões de saúde, têm um entendimento positivo da descentralização, mas também lutam para que os pacotes financeiros estejam devidamente à altura dessas despesas e eram a favor disso.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** referiu ter registado que o senhor Deputado disse que houve más gestões anteriores do SNS, para que constasse, disse eu o PSD esteve 7 em 25 anos, pelo que a má gestão não teria sido só nesses 7 anos. Por outro lado, afirmou gostar muito de ouvir um ex-Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que por acaso foi de um Governo Socialista e, com certeza, o senhor Deputado sabia porque é que ele saiu.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos, apelando ao seu espírito de síntese, dado o adiantando da hora.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** declarou que também não concordava com o título da moção, mas o que estava em jogo eram os três pontos onde a Assembleia Municipal delibera. Não se deviam esquecer que os privados estão a dar emprego a muitas famílias. Por outro lado, considera que o SNS não pode perder qualidades, pelo que o Governo tem que apostar em melhorar, em admitir mais pessoas ou mais pessoal médico, no fundo, de quem presta cuidados de saúde. Falou do Hospital de Portimão que, naquele fim de semana, teve a pediatria encerrada, pelo que houve nascimentos no barlavento que aconteceram em Faro. Nunca chegou a haver falta de assistência, mas era uma situação muito difícil e especial, pois consiste num sistema muito sensível, mas o caso é que as coisas têm que melhorar, porque nem todas as pessoas têm capacidade financeira para comprar um seguro de saúde e depois irem aos hospitais privados. Há pessoas que não têm essas condições e têm que pensar nelas, pois têm que ter um Sistema Nacional de Saúde gratuito e que consta da Constituição da República Portuguesa.-----



-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** afirmou que, tal como o Doutor Joaquim Cabrita já tinha dito, havia uma primeira parte que fazia descolar dela e uma segunda parte que, efetivamente, tem inteira razão. Disse ainda que o Serviço Nacional de Saúde nunca assumiu do ponto de vista público instrumentos de diagnóstico fora do meio hospitalar para auxílio para a despistagem da doença, pois foram sempre serviços contratados pelo Estado, pelo serviço público a privados, e em especialidades como a Medicina Dentária. Foi feita uma tentativa do Serviço Nacional de Saúde junto dos municípios para instalar umas cadeiras, e o município de Lagoa até aderiu, para que depois fossem contratados pelo serviço público médicos dessa área de especialidade, mas isso não prosseguiu e não teve objetivos concretos, no sentido de atender o cidadão. Quando se tem um discurso altamente ideológico e redutor de toda a participação e da atividade económica, porque também era uma atividade económica privada, no domínio de saúde, ao qual o próprio Serviço Nacional de Saúde recorre, pensava que se andava mal. Assim, era com pena que votariam em abstenção, porque não podem concordar com aquilo que, inclusivamente, apaga realidades que são muito tangíveis no Sistema Nacional de Saúde. Mas também não votavam contra porque, efetivamente, há algumas vozes naquela Assembleia que andam a dizer que está tudo bem e não está, e a moção do seu grupo vinha nesse sentido e estava desprendida de um sentido ideológico. Mas houve pessoas que não conseguiram descolar, sem provocação nenhuma da sua parte, julgando que se deve tentar ver quando um texto é ou não ideológico, quando se está a reivindicar coisas para o bem do município e dos cidadãos. Lamentou que não tivessem aprovado a moção inicialmente proposta pelo seu grupo, que foi feita com cuidado. Em todo o caso, pediu desculpa à CDU apresenta, mas não podiam estar a favor pelo conceito ideológico que encerra, nem o preâmbulo.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, uma vez que não se observou mais intervenções, avançou para a votação da moção que foi, assim, rejeitada com quinze (15) votos contra do Grupo Municipal do Partido Socialista, sete (7) abstenções, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD e um (1) do Chega, e dois (2) votos a favor, um (1) da CDU e um (1) do Bloco de Esquerda. Em seguida, e para apresentação da declaração de voto, deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Grade Martins Sobral.-----

-----Usou da palavra o senhor Deputado Municipal **Vitor Manuel Grade Martins Sobral** apresentando a seguinte declaração de voto: «Quando o desemprego aumenta, um grande incêndio deflagra ou uma pandemia acontece, para onde olham os portugueses, a quem exigem soluções e atribuem responsabilidades? É muito provável que se virem, instintivamente, para o Governo. Enquanto país formado por pessoas diversas com vivências e aspirações partilhadas é natural olharmos para quem nos governa ou quem sufragamos pelo voto para nos governar. Mesmo sendo um Governo de maioria absoluta, esta é tanto real como aparente. É real no sentido que detém toda a autoridade para tomar decisões, mas também é aparente no sentido que a sua atuação depende de dinâmicas sociais que não controla e de outras instituições que



P. J.

o condicionam, em suma, nenhum governo governa sozinho. A sustentabilidade dos serviços públicos e, em particular, a do Serviço Nacional de Saúde, é necessária e, sobretudo, quando esta está em causa, sendo emergente que cada um, de forma individual ou coletiva, se reconheça no papel e responsabilidade que tem em o manter e defender nos valores em que foi criado, em 1979. O Serviço Nacional de Saúde constituiu um avanço social fundamental, resultando da instauração da democracia em 1974 e traduziu-se na garantia expressa na Constituição do direito de acesso aos cuidados de saúde de todos os portugueses, de forma geral, universal e gratuita. Hoje, tendencialmente gratuito. Em termos essenciais, podemos considerar que a finalidade e a missão do Serviço Nacional de Saúde é a de concretizar a garantia expressa na Constituição de prestação de cuidados de saúde a toda a população e é reconhecido por todos que esta garantia constitucional não está a ser cumprida na sua plenitude, penalizando em particular as pessoas mais vulneráveis e desfavorecidas, no que se tem vindo a materializar em graves problemas de acesso e de equidade assistencial, manifesto nas elevadas e persistentes listas de espera em consultas de algumas especialidades médicas e cirurgias. Esta mesma situação, tal como tem sido igualmente considerada por todos, teve tendência a se agravar com a pandemia. Esta trouxe um desafio global, também na saúde, onde expôs com crueza e dor as limitações do Serviço Nacional de Saúde, pondo à prova todo o valor do SNS e, sobretudo, o valor dos profissionais que o suportam. Será prematuro falarmos já em pós pandemia quando ainda temos no nosso país 85 pessoas em cuidados intensivos, 15 a 16 novos casos, mais de 20 óbitos, mas muito já tem sido feito na recuperação das consultas e subsequente diminuição das listas de espera nos cuidados de saúde primários e nos hospitais. As moções agora apresentadas pelo PSD e pela CDU, numa linguagem própria de cada partido, e no apontar das fragilidades do Serviço Nacional de Saúde, nada nos acrescenta de novo. Já têm sido ditas e reditas e, de certo modo, para as quais partilhamos as mesmas preocupações, nomeadamente no que concerne à região. Mas o debate político e partidário também se trava com valores de liberdade, de verdade, de tolerância, de justiça, ética e decência. Aquilo que hoje assistimos, nomeadamente nestas últimas semanas, pela produção sistemática e seletiva sobre o Serviço Nacional de Saúde é o da exploração e mediatização de algumas das suas insuficiências. O SNS toca, efetivamente, numa área socialmente sensível a todos, mas que hoje é minada por inúmeras corporações com acesso fácil aos media, a que associa a instrumentalização da informação numa narrativa criativa, na substituição da verdade dos factos, também utilizada pelas oposições como armas de arremesso. Tudo dando sinais de outros vírus, que não o da pandemia, e que infetam a sociedade e a impede de olhar com lucidez e coerência para os problemas não como desafios e novas oportunidades, mas como fatalidades. O Primeiro-Ministro ainda na semana passada, no último debate parlamentar antes das férias de verão do Parlamento, chamou a si toda a responsabilidade da situação que hoje se vive na saúde e apontou com o avançar de um conjunto de medidas e já em julho com o Estatuto do SNS previsto na nova Lei de Bases da Saúde. E a este propósito realçou igualmente o trabalho já iniciado na rede de referência das urgências, o alargamento das unidades de saúde familiar, a concretização da autonomia de contratos dos hospitais, o alargamento dos cuidados continuados integrados e de saúde mental. Há, de facto, um caminho que tinha ficado por fazer com o chumbo do Orçamento para 2022, chumbado em 2021, por razões que todos conhecemos. Há igualmente a perceção geral, nomeadamente entre os sindicatos, médicos e



Ordem dos Médicos e a tutela, de que esta crise criada poderá trazer na governação em saúde, novos desafios e oportunidades. Nesta década, assistiremos, seguramente, a alterações profundas na organização e na prestação de cuidados de saúde, pressionados pela digitalização em saúde, inovação na capacidade diagnóstica e cirúrgica, inovação em medicamentos e dispositivos médicos, paralelamente com um aumento de exigências dos cidadãos, da competição em recursos humanos e, simultaneamente, em confronto com constrangimentos financeiros. Era uma situação complexa que obriga a medidas imediatas, mas também de estratégias a longo prazo. Por isso, na análise e ponderação sobre as medidas propostas nas moções apresentadas pelo PSD ou pela CDU, e apontadas ao Governo, são conhecidas e não nos parece que tragam algo de novo ou que tenham o propósito de encontrar soluções de consenso e, nesse sentido, não nos restou senão votar contra. Como afirmou António Arnaut, no que terá sido uma das suas últimas entrevistas, em janeiro de 2018, o futuro do SNS passa, pois, pela adoção de medidas com efeito, não apenas no curto prazo, mas também no médio e longo prazo, dotadas de elasticidade suficiente, que lhes permitam perdurar para além das efémeras conjunturas políticas. Terminamos, recordando as palavras de Manuel Alegre, em 2019, a propósito do SNS, “O SNS é do povo, é uma exigência ética da civilização”.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou que se iria avançar para a última Recomendação “Pela atribuição imediata do suplemento de insalubridade e penosidade aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lagoa” e, para a sua apresentação, deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal e representante da CDU, João André Nascimento Cabrita.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **João André Nascimento Cabrita** leu a Recomendação: «O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de março, determina a aplicação do Suplemento de Insalubridade e Penosidade e outras compensações para os trabalhadores da Administração Local e Central, em função das características específicas das suas atividades. Ao longo dos anos, o PCP tem tomado a iniciativa de exigir a aplicação prática da Lei. Neste longo percurso, a determinação do PCP produziu os seus frutos através da Lei aprovada no Orçamento de Estado de 2021, segundo a qual este suplemento destina-se aos trabalhadores da autarquia inseridos na carreira de assistente operacional que exercem funções nas áreas de recolha e de tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, rede viária, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas. A situação excecional que atravessámos com a Covid 19 expôs e expõe ainda mais estes trabalhadores aos riscos inerentes às suas funções, fragilizando-os e agravando os perigos de contágio que podem pôr em causa a sua saúde e até mesmo a sua própria vida. É inadmissível que, até hoje, este diploma ainda não tenha sido regulamentado e aplicado pela Câmara Municipal de Lagoa, prejudicando profundamente os trabalhadores que dele já podiam estar a usufruir. É assim urgente o reconhecimento e valorização do seu trabalho e do seu esforço, acrescidos durante a pandemia e que ainda perduram. Assim, a Assembleia Municipal de Lagoa delibera: em primeiro lugar, saudar os trabalhadores da autarquia pela luta que têm travado pela concretização deste direito. Em segundo, recomendar à Câmara Municipal que reconheça as condições a que estão sujeitos os trabalhadores no desempenho das suas funções essenciais à sociedade. E, por último, recomendar à Câmara que regulamente determine a aplicação do



Suplemento de Penosidade e Insalubridade, no valor previsto no Decreto-Lei n.º 53-A/98, a que todos os trabalhadores que se encontram nesta situação.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, abertas as inscrições, foi concedida a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** declarou que o Grupo Municipal do PSD gostaria de ouvir o senhor Presidente da Câmara sobre aquele assunto, uma vez que havia uma interpelação direta à Câmara e que era esta quem tem o poder de decidir sobre o assunto.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, confirmou que a Mesa admitia dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, com o esclarecimento de que aquela matéria já tinha sido abordada na sessão anterior, pelo que se justificava a intervenção, não só pela solicitação do senhor Deputado Municipal, mas também por ser pertinente que a Câmara justificasse a situação atual em que se encontra.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** declarou que aquela questão fazia todo o sentido e disponibilizava-se, naturalmente, para esclarecer o que têm feito relativamente ao subsídio de Penosidade e Insalubridade que foi criado com o Orçamento de Estado para 2021. Principiou por dizer que era um justo prémio para os trabalhadores, assistentes operacionais das autarquias do país. Acontece que a primeira versão que saiu em 2021 não era abrangente de todos os conteúdos funcionais da carreira de assistente operacional que entendiam que deviam ser contemplados. Isso mesmo foi reconhecido, uma vez que posteriormente foi incluído, como por exemplo a rede viária que, na primeira versão, não existia. Desde essa altura começaram a trabalhar nessa matéria e têm, por exemplo, o primeiro parecer, porque o decreto-lei obriga a que o processo seja daquela maneira, é feito o parecer pelo técnico de higiene e segurança do trabalho que depois remete ao Presidente que, caso esteja de acordo, remete aos representantes dos trabalhadores, os sindicatos ou os delegados sindicais e, depois de ouvidos os representantes dos trabalhadores, leva à Câmara para se aprovar a proposta. E, entre o primeiro parecer, que foi emitido em 2021, e o segundo parecer que já foi naquela semana enviado para os representantes dos trabalhadores, diria que valeu a pena fazerem aquele compasso de espera, porque era muito mais justo e muito mais abrangente, estando muito mais de acordo com as necessidades e com a justa aplicação da medida. Assegurou que os trabalhadores do município de Lagoa não seriam, de forma alguma, prejudicados porque já lhes tinha sido comunicado, bem como aos representantes dos trabalhadores da autarquia, que o município, depois de aprovar na Câmara essa proposta que os senhores Vereadores ainda não conhecem, porque ainda se encontram na fase de ouvir quem tem que dar os pareceres, e irão, naturalmente, pagar com retroativos e todos os trabalhadores da Câmara ficarão ressarcidos daquilo que é um justo direito que têm. Esclareceu também que foi acordado com os trabalhadores indo de encontro a uma questão relativa à aplicação da taxa de IRS. Lembrou que no mês de julho o município pagou o subsídio de férias e no mês seguinte pagaria os retroativos que decorrem da aplicação dos impulsos remuneratórios da subida de categoria, e também estava acordado com os



trabalhadores que, no mês de agosto, será o mês de pagar, se tudo correr bem com aquele processo, de pagar o subsídio de Penosidade e de Insalubridade, naquela proposta, aos trabalhadores que têm direito e com os devidos a retroativos, a janeiro de 2021, num caso e no outro, àqueles que foram incluídos aquando da alteração à altura da publicação da lei.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o esclarecimento e por saber também que a recomendação aprovada na sessão anterior da Assembleia Municipal não tinha sido em vão e que a Câmara fez todas as diligências para atribuir aquele direito justo e merecido aos trabalhadores a trabalhar naquelas condições. Aberto o período para intervenções, e na ausência das mesmas, procedeu-se à votação da proposta da Recomendação pela atribuição imediata do suplemento de Penosidade e Insalubridade aplicada aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lagoa, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo aquela sido aprovada com dezasseis (16) abstenções, quinze (15) do PS, um (1) do Chega, e nove (9) votos a favor, um (1) do PS, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro, três (3) do PSD, um (1) da CDU e um (1) do Bloco de Esquerda.-----

- **Intervenções dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações bem como a apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município.**-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, depois abrir o período de debate concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** explicou que a sua intervenção seria composta por dois apelos ao Presidente da Câmara Municipal, Luís Encarnação. Disse, assim, que no concelho existem algumas instituições de cariz social que têm que responder a serviços que o Governo, o Estado, deviam prestar e são instituições geridas, na maior parte, por pessoas que não têm qualquer ganho, já que têm o seu emprego e depois, no final dos dias, disponibilizam algumas horas das suas vidas para aquela atividade. Tratam-se de instituições de cariz social, cultural e desportiva e, no caso, referia-se às de cariz social, que são instituições que têm muitas despesas nos recursos humanos, têm que responder, têm muitas despesas na aquisição de material de desgaste rápido, como também a própria alimentação. Sabia, perfeitamente, que o município de Lagoa, anualmente, faz protocolos com essas instituições, mas fazem-no tardiamente. Também sabia que se as instituições necessitarem de algum valor monetário, antes de se fazerem os protocolos, que podem solicitar um adiantamento. Porém, apelou ao senhor Presidente da Câmara e aos respetivos Vereadores que fizessem esses protocolos mais cedo, também para que os órgãos sociais de cada instituição soubessem aquilo que podem gastar. E esse era o seu primeiro apelo. O segundo apelo, por seu turno, foi para o Centro de Apoio de Idosos de Ferragudo, uma instituição que tem novos órgãos sociais desde setembro de 2021, que abraçaram gratuitamente a gestão daquela instituição, mas com um passivo de 800 000,00 EUR, e clarificou estar autorizado para partilhar aqueles dados. E, não só têm que suportar as despesas



J.
A.
M.

anteriormente referidas, como também têm que pagar juros e amortizar a dívida em questão. Apelou, assim, a que a Câmara conseguisse, para além do protocolo que têm feito, arranjar uma verba extra, ao longo dos anos, para facilitar a gestão daquela instituição. Tratava-se de uma instituição com 70 pessoas lá a trabalhar, ou seja, 70 famílias, onde tem creche, apoio domiciliário, um centro de dia e o lar de idosos. Agradeceu que fosse feita uma análise da situação, já que os que estão lá não são culpados pela gestão danosa que lá houve durante as outras gestões, dos outros órgãos sociais. Existirá, com certeza, entidades competentes para fiscalizar a gestão danosa que lá terá havido, sendo que a instituição não poderia ser penalizada.-

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu, em seguida, o uso da palavra à senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão.-----

-----No uso da palavra concedida, a senhora Deputada Municipal **Maria de Lurdes Rego Alemão** informou ter cinco pontos para colocar ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Alguns deles já tinham sido mencionados no passado, mas como as situações continuam a ocorrer, continua a questionar e a querer saber alguma solução. O primeiro prendia-se, novamente, com a época balnear e a zona turística que têm, os turistas que têm na zona circundante à Praia da Marinha e que continua a coexistir o mesmo problema. Continua a haver estacionamento selvagem, embora haja um espaço que está vocacionado para estacionamento dos turistas que vão até à Praia da Marinha e que andam a visitar aquela zona, só que ou é insuficiente ou então as pessoas também optam por ir para outro lugar. Não sabia, mas as coisas voltaram a acontecer, mas voltou a acontecer o estacionamento selvagem junto a várias habitações, em terrenos privados, e continua a coexistir aquele tipo de problema. Tomou a liberdade, como o senhor Presidente lhe havia pedido na Assembleia, para que lhe enviasse por e-mail alguns dos pontos que julgava convenientes, enviou e aguarda uma resposta. Também aguardava uma resposta acerca do abaixo-assinado que foi feito pelos moradores da zona e entregue em outubro de 2021 e que, de acordo com uma informação que obteve no balcão de atendimento, passou por vários outros funcionários, superiores hierárquicos e que “estacionou”, passe a ironia, na gaveta do senhor Vereador Rúben Palma. Pelo menos foi a informação que lhe foi dada e quis saber o porquê de lá continuar lá, sem solução e sem resposta. A segunda questão referiu-se à demarcação de estradas, porque os turistas gostam de ir à vontade e, muitas vezes, ocupam o espaço da faixa de rodagem dos outros veículos. Já lhe aconteceu num outro dia uma situação algo dramática, não fosse o caso de as pessoas terem um pouco de cuidado, havia dois motociclistas que iam lado a lado e um deles ocupava a faixa de rodagem dos veículos que vinham de frente. Não há delimitação das estradas. É certo que se deve circular pela direita, mas se não houver limitação, circulam pelo meio. Indicou ainda os locais onde tal acontece: a estrada do Porto Santo, a estrada da Fatacil em direção à rotunda do José de Sousa e à rotunda do Manuel Ferro, o cruzamento da Nove Segundo até à antiga Adegas da Caramujeira e a estrada da rotunda do José de Sousa. Ainda sobre as obras que estão a fazer a seguir à rotunda do Manuel Ferro, presumiu que fosse uma rotunda para a conduta de águas, mas o aviso de obras, quando se vem do lado do restaurante rústico, no cruzamento em direção à Fatacil, não está sinalizado no cruzamento e só há sinalização de que há obras no final da descida, e numa curva aparece lá o sinal de desvio, mas este é voltar para trás, porque ali não



tem saída possível. Aconteceu-lhe, não viu a sinalização, pensou que já estava aberta e quando lá chegou estavam três carros a fazer a manobra, tendo travado mesmo em cima, assim como o senhor que seguiu atrás de si. Sensibilizou para que fosse feita a demarcação das obras para que as pessoas conseguissem perceber que ali há obras em curso e que são necessárias serem feitas, mas sem ocasionar um acidente.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal José Joaquim Barroso Alves Pinto.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Barroso Alves Pinto** questionou o senhor Presidente da Câmara em relação aos trabalhos que foram feitos com vista a aumentar a segurança do cruzamento da 11/54 com a 11/56, pois um projeto com aquela abundância de elementos, pressupunha que tivesse havido um projeto e que tivesse sido feito por alguém que perceba alguma coisa de segurança de estradas e de segurança rodoviária. Perguntou, assim, se seria possível aceder à memória descritiva para tentar perceber e às próximas questões que lhe venham fazer, saber o que poderá responder sem dizer asneira.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, para responder às questões colocadas, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** começou pelas questões colocadas pelo senhor Deputado Jorge Ramos e disse, em relação ao primeiro apelo, ter ficado sem perceber o que pretendia, já que o município de Lagoa celebra contratos-programa com todas as associações, quer de cariz desportivo e cultural, quer as que prestam apoio às populações no âmbito da ação social. Habitualmente, delibera na reunião de Câmara, nos termos da lei, os apoios para todas essas associações, depois são assinados contratos-programa e são disponibilizadas verbas por duodécimos. Enquanto não estão reunidas as condições para que esses contratos possam ser aprovados, dão adiantamentos, nos termos da lei, que correspondem ao máximo do valor equivalente a três duodécimos do contrato-programa anterior. Por vezes têm dificuldade, porque querem ser rigorosos, justos e equitativos e, às vezes têm dificuldade porque não recebem a informação que é solicitada às associações e às coletividades atempadamente e era verdade que isso resultava em alguma injustiça, porque depois o paga o justo pelo pecador. Por vezes atrasam o processo quando há dois ou três clubes, associações ou coletividades que não entregam os documentos em devido tempo. Em todo o caso, assegurou que o município estava sempre atento a qualquer dificuldade particular e sempre que têm noção de que alguma coletividade, associação ou clube necessita de apoio, estão sempre disponíveis para o ajudar, sempre na lógica e segundo o lema de não deixar nenhum lagoense trás, nem deixar nenhuma associação que preste relevantes serviços sociais cair. Tal aplicava-se ao CAIF e desde que a nova direção tomou posse já reuniu, pelo menos, quatro vezes, sendo que a última foi na segunda-feira anterior. Estavam atentos, obviamente, e aplicam ao CAIF aquilo que aplicam a todos os outros. Frisou também que os lagoenses não ficariam satisfeitos se tiver que ser a Câmara a pagar pelos eventuais erros de gestão, pois era preciso ter em conta já que se falava de dinheiros públicos.



À senhora Deputada Lurdes Alemão, e relativamente à época balnear, respondeu já ali ter afirmado por variadíssimas vezes que a Praia da Marinha, de acordo com a APA não tem estacionamento insuficiente, mas sim demasiado. Não foi fácil conseguir a aprovação dos 70 lugares lá existentes, pelas razões já ali invocadas, sendo que não iria repetir o projeto que a APA tem para a Praia da Marinha. O estacionamento que acontece e que obriga o município a fazer um elevado investimento em termos de policiamento, enquanto não têm a possibilidade de criar a polícia municipal, é no sentido de mitigar e minimizar os constrangimentos que se verificam e que é impossível de evitar, porque as pessoas têm a necessidade e a vontade de ir para Lagoa, pela beleza do concelho, não havendo espaço para todos e essa era a realidade. A solução que têm é a de procurar disciplinar ou recorrendo, obviamente, às forças de segurança que têm competência nessa matéria. Sobre a questão do abaixo-assinado, referiu que quando uma viatura estiver mal estacionada, deve-se chamar a GNR que é a força que tem que tem a competência para o fazer e não o município, a quem não cabe ir rebocar, multar ou condicionar o estacionamento, pois isso era uma matéria das forças de segurança. Assim, aquele abaixo-assinado deveria ser endereçado às forças com competência na matéria, e esclareceu que era das matérias que iria abordar na reunião já marcada com o senhor Comandante Distrital da GNR, do distrito de Faro. Relativamente à demarcação de estradas, disse terem começado, na semana anterior e continuava na presente, a remarcar as estradas, começando por Ferragudo e iriam pelo concelho todo, sendo que algumas estradas nem têm condições para fazer uma marcação ao eixo da via, caso contrário não cumpririam a lei. Há estradas do concelho, felizmente, pavimentadas, que não têm condições para fazer a marcação e não podem fazer uma marcação ao meio do eixo da via, pois não respeita a lei. Quanto à questão das obras, a responsabilidade da marcação e da segurança, cabe ao plano de segurança que cada empresa tem que apresentar e tem que cumprir, cabendo à Câmara fiscalizar, como era óbvio. Iria, assim, dar instrução ao gestor de contrato e à equipa da fiscalização da obra para verificar o que se passa em relação à obra mencionada em concreto. Da mesma forma, em relação à solicitação do senhor Deputado Alves Pinto, iria dar instruções aos serviços para fazerem chegar o que têm sobre a obra, para depois fazer chegar ao senhor Deputado, via Presidência da Mesa. Sobre a questão colocada de haver praias em que é necessário comprar um bilhete de véspera para a visitar, esclareceu chamar-se capacidade de carga que existe em Portugal, não em Portugal Continental, mas sim no ilhéu de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, nos Açores. Sendo que ali têm uma especificidade própria que Lagoa não tem, pelo facto de serem uma Região Autónoma com algumas regras próprias, mas assegurou ser uma das matérias em que estão a trabalhar com as entidades competentes, tendo a ambição de poder levar para o concelho, em certas praias, em certas áreas da costa naquela área referida, poder estabelecer uma capacidade de carga diária.-

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** afirmou que era preciso ter algum cuidado quando se produzem algumas afirmações, como a de que existe uma administração danosa, seja onde for, era muito forte e deve haver cuidado com aquilo que se produz. Não fazia ideia de qual era a situação do CAIF, mas já na direção



anterior ouvia aquela direção falar da anterior como administração danosa e achava isso feio. Há entidades competentes para fazer as verificações e, naquele órgão, produzir aquele tipo de afirmações não caía bem. Em todo o caso, julga que não se pode deixar cair uma instituição, devem ajudá-la. Acrescentou ainda que a senhora Vereadora e Vice-presidente já tinha na sua posse as conclusões do último Congresso das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que fizeram chegar uma vez que foram a única instituição do concelho que esteve presente nesse Congresso e aquilo que ouviu lá era uma crítica duríssima ao funcionamento do setor social. Existem profundas divergências com o Estado, porque há problemas muito sérios, situações muito complexas no país e a única convicção que retirou daquele Congresso é que existe uma vontade profunda de se alterar as coisas, existe uma vontade profunda do poder político de perceber que, de facto, as realidades são muito duras, muito complexas e que é preciso, efetivamente, encetar parcerias de outra forma e com outra profundidade, pois a situação do setor social é muito dolorosa, que presta um serviço relevante e que a Covid trouxe ao de cima o contributo inestimável das IPSS no combate à pandemia. E isso valorizou muito aos olhos do Governo e do Estado de que, efetivamente, há uma disponibilidade muito grande, vincada, nos compromissos assumidos para mudar desde pacotes legislativos, desde os apoios financeiros, da relação que existe no Governo português, que é o Estado, com o setor social, sendo uma relação muito próxima, de trabalho quase quinzenal e permanente, o que dá bem nota das preocupações que existem nesse setor. Assim, apelou a que, quando se abordasse aquele tipo de problema, houvesse mais cuidado porque, efetivamente, só conhecendo as realidades é que se pode falar delas. Tratava-se de um assunto tão sério, existem entidades para fiscalizar, sendo que o município dispõe de armas e de conhecimentos de que estes não dispõem.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e informou estarem a chegar ao termo da primeira reunião da sessão, sendo que iria dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação.-

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** clarificou, telegraficamente, ter dito eventual e que reforçou eventual gestão danosa.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a clarificação e confirmou a necessidade de haver algum cuidado com os termos utilizados, porque era do foro judicial o apuramento dessa responsabilidade. Em seguida, passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos.---

-----No uso da palavra concedida, o senhor Deputado Municipal **Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos** afirmou que o senhor Presidente Luís Encarnação disse não ter percebido o seu primeiro apelo e explicou que aquele ia ao encontro de fazerem os contratos-programa mais cedo, porque até aquele momento ainda não foram feitos contratos-programa na vertente de cariz social. Também frisou que, caso as instituições tenham a necessidade, poderiam pedir algum adiantamento. O segundo apelo foi no sentido de que a dificuldade daquela instituição fosse minimizada. Era sabido de que se tratava de dinheiros do erário público, mas também sabiam que estavam a tratar de uma instituição, conforme outras existem no concelho de Lagoa,



que respondem a serviços sociais que deveriam ser prestados pelo Governo, pelo Estado e, quando não prestam, existem aquelas instituições. Assim, apelou a que dificuldade que estão a sentir fosse reduzida, sendo que a Câmara poderia analisar que o que se passou e o que se passa, de modo a que tenham uma gestão com uma maior facilidade. Aquelas instituições são acompanhadas por vários organismos, inclusivamente pela Segurança Social, sabem o serviço que prestam e os montes de exigências, às vezes discordantes entre vários organismos. Clarificou ainda não ter dito que houve uma gestão danosa e, se tal aconteceu, há entidades competentes que fiscalizem e que poderão chamar a atenção de quem procedeu mal. Da sua parte, estavam ali para ajudar e pensava que a Assembleia também devia ter esse objetivo de ajudar aquelas instituições que respondem para que as famílias daquele concelho tenham menos dificuldades, falando de crianças e de idosos.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e registou que o senhor Presidente da Câmara queria usar do seu direito de resposta, mas assinalou que era precisamente meia-noite e um minuto e teriam de encerrar, pelo que deveria ser muito breve.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** assegurou que seria muito rápido e respondeu ter percebido aquilo que o senhor Deputado queria dizer, mas este não teria percebido aquilo que ele próprio tinha dito. Repetiu, assim, que para celebrar os contratos-programa a lei obriga que só o possam fazer quando estão cumpridos uma série de requisitos, entre eles a entrega da documentação sem a qual não é possível celebrar os contratos. Em relação ao CAIF também disse que nunca deixariam cair nenhuma instituição no concelho, sendo que o CAIF fazia parte dessas instituições. Já reuniram pelo menos quatro vezes e já deram variados apoios e adiantamentos ao CAIF para que ele possa continuar a desempenhar a sua missão.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu a sua precisão e deu por encerrada a primeira reunião da sessão que continuaria no dia seguinte, pelas 21 horas, no auditório Carlos do Carmo.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

José Manuel Correia Águas da Cruz



1.º Secretário,

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

2.ª Secretária,

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes